

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LARISSA BREDER TEIXEIRA

A LINGUAGEM PRUDENCIAL COMO GUIA NO DEBATE POLÍTICO
BRASILEIRO NO SENADO IMPERIAL DE 1832.

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP

2018

LARISSA BREDER TEIXEIRA

A LINGUAGEM PRUDENCIAL COMO GUIA NO DEBATE POLÍTICO
BRASILEIRO NO SENADO IMPERIAL DE 1832

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

Linha: Poder, espaço e sociedade

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luisa Rauter Pereira

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP

2018

T266l Teixeira, Larissa Breder.
A Linguagem Prudencial como guia no debate político brasileiro no Senado Imperial de 1832 [manuscrito] / Larissa Breder Teixeira. - 2018.
101f.: il.: color; tabs.

Orientadora: Profª. Drª. Luisa Rauter Pereira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Linguagem Prudencial. 2. Brasil - História - Regências, 1831-1840. 3. Reforma Constitucional. 4. Prudência. I. Pereira, Luisa Rauter. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(81).051

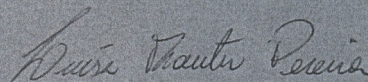
Catálogo: www.sisbin.ufop.br



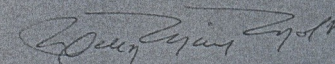
Larissa Breder Teixeira

“A linguagem prudencial como guia no debate político brasileiro no Senado Imperial de 1832”

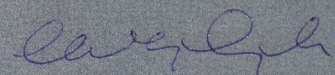
Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dra. Luisa Rauter Pereira

Departamento de História/UFOP


Prof. Dra. Helena Miranda Mollo

Departamento de História/ UFOP


Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch

Departamento de Estudos Políticos e Sociais/ UERJ

Aos meus pais.

Agradecimentos

Essa dissertação pôde ser escrita com certa tranquilidade porque em meu caminho eu não estava só. Agradeço aos meus pais e meu irmão pelo amor e por sempre incentivarem meus estudos, vocês são meu porto firme enquanto atravesso mares tempestuosos, essa dissertação é para vocês. A todas minhas tias, tios, primas e primos e meus avós. Vocês são a mais sublime forma de companheirismo e amor.

À minha orientadora, Luisa Rauter, que foi sempre muito generosa em ensinar tudo o que sabia, tornando-se uma grande companheira. Obrigada por se importar mais comigo, com meu aprendizado, que com rendimentos desenfreados, e também por ter deixado esse mestrado o melhor que poderia ser. Palavras ou conceitos não são capazes de contemplar o que é minha gratidão.

Aos professores queridos que sempre contribuíram para minha formação como pessoa e profissional. Agradeço especialmente a Helena Mollo, por ter participado da banca de qualificação e da vida. Valdei Araujo, pela contribuição na qualificação. Aos professores das disciplinas, especialmente Sérgio da Mata, por não só ensinar, mas por estar disposto a aprender com os alunos.

Aos amigos, sem vocês nada disso teria graça. Agradeço especialmente a Daiane Alves, Luanna Gerusa, Letícia Emília, Iury Belchior, Vaneza Santiago, Romeu Lacerda, Wederson Gomes e Caroline Morato. À Aniele Almeida, por estar sempre disposta a ajudar, nos menores aos maiores problemas, sua amizade foi ouro nesse período. À Marianna Andrade, por ter sido super amiga e me escutar quando eu estava desanimada do mundo. À Nadia Lopez, pela paciência, por me escutar, pelas ajudas em casa e com a Broinha. À Augusto Ramires, pela amizade que teve início na comemoração da entrada no mestrado e que agora permanece, obrigada por todas as trocas. E um sincero agradecimento a cachorra mais linda de todas, Broinha, meu bebê!

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História e da Universidade Federal de Ouro Preto. Aos colegas do PPGHIS. E a CAPES pela bolsa de mestrado.

Contudo, não agradeço aos governantes brasileiro, que nos últimos anos parecem ter buscado a instabilidade política através de golpes e massiva manipulação do povo. A desordem que causaram com toda certeza afetou este trabalho. Reconhecemos que muitos posicionamentos dos senadores em 1832, hoje, nos são problemáticos, mas não podemos acusá-los de não dar o melhor de si para construir uma “nação mestra”, o que não vimos nos últimos tempos. Esperamos que esse seja um momento de reformulação do político onde as estruturas se modificarão para a nossa felicidade política. Que a prudência volte a guiar os homens que deveriam ser virtuosos.

“A partir da experiência do passado, opere o presente de forma prudente, para não estragar as ações futuras”.

Ticiano Vacellio

Resumo

Teixeira, Larissa Breder. *A linguagem prudencial como guia no debate político no Senado Imperial de 1832*. Larissa Breder Teixeira – 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Em 1831, logo após a abdicação de Dom Pedro I, começaram na Câmara dos Deputados as discussões sobre as reformas constitucionais que culminariam no Ato Adicional de 1834. Tendo como tema as mudanças na forma da representação política, especificamente no que dizia respeito ao problema do poder político e administrativo provincial, os principais debates foram guiados por uma linguagem prudencial. Ou seja, as discussões da reforma constitucional sobre a construção da nação estariam inseridas dentro de uma linguagem que busca cautela e prudência. A prudência não significaria lentidão, e sim perceber o momento certo para a ação – nem antes, nem depois. Acreditamos que essa linguagem era capaz de estruturar conceitos, metáforas, moldar o pensamento e ordenar decisões.

Entendemos o ano de 1832 como um *nó histórico*, como nos fala Pierre Rosanvallon. Isto é, como um momento central onde ocorrem intensas reformulações na linguagem política e na forma como os grupos políticos dominantes no Império percebem a realidade presente do país. Central nestas mudanças foi a reconfiguração da forma como tempo e história foram vividos e conceituados: como passado, presente e futuro foram construídos pelos grupos políticos em questão durante os debates. Essa dissertação, portanto, pretende lançar luz sobre tais fenômenos, tomando como fonte os debates ocorridos no ano de 1832 no Senado Imperial, instituição do poder legislativo onde se encontravam os membros da mais alta elite política e social do país.

Palavras – chave: Linguagem Prudencial; Nó Histórico; Período Regencial Brasileiro; Reforma Constitucional.

Abstract

Teixeira, Larissa Breder. *A linguagem prudencial como guia no debate político no Senado Imperial de 1832*. Larissa Breder Teixeira – 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

The dissertation aims to analyze the prudential language that pervades the entire debate about the reform of the Constitution of 1824 in the year 1832 in the Senate of the Brazilian Empire. We believe that this language is structurant due to the great instability of time, as described by the senators. We understand that a guide is needed to guide policymakers at a time when historical examples are not able to fully guide the new modern experience. Thus, we analyze the concepts and metaphors expressed in this scope, because, through them, we characterize how the modern experience of politics passed in that period. Such elements are central to understanding the particularities of the experience that the former American colonies now had. That is, we see how the concepts of prudence and caution were decisive for action in a time of yet little political experience. In addition, we believe that they are structurants because the modern prudential language can be recognized not only in the Brazilian case, but in America and post-restoration Europe. Dialoging with Pierre Rosanvallon, we propose that 1832 was a "historical knot", where reformulations of political structures were especially intense. Thus, this work contributes to a new vision of what was the Brazilian Regulative Period.

Keywords: prudential language; historical knot; Brazilian regency period; constitutional reform

Lista de ilustrações

FIGURA 1: Alegoria da Prudência.

VACELLIO, Ticiano. 1560. 1 original de arte, óleo sobre tela, 75,5cm x 68,4cm. Página 11. Disponível em

<<https://tendimag.com/2014/08/15/chuteirasbestiais/ticianoalegoria-daprudencia-c-1565-1570-2/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2017.

Sumário

Introdução	11
Os trâmites da Reforma Constitucional.....	13
A linguagem prudencial.....	16
O período das regências como <i>nó histórico</i>	22
Capítulo I: As formas da linguagem prudencial através do conceito de progresso e dos usos das metáforas	27
1.1 – O progresso das luzes no tempo.....	27
1.2 – As metáforas no “tempo em que tudo treme”.....	40
Capítulo II: A linguagem prudencial através dos usos da história	52
2.1 – Inglaterra e a permanência da tradição.....	58
2.2 – A nação da inovação.....	64
2.3 – Os revolucionários franceses.....	69
2.4 – O uso da história Antiga em acordo com as diferenças geracionais.....	75
2.5 – A nação que não possuía exemplos.....	80
Conclusão	89
Referências bibliográficas	92
Anexo	99

Introdução

Ticiano de Vicelli pintou entre os anos 1560 e 1570 o quadro intitulado “Alegoria da Prudência”. Nele encontram-se pintados três faces: à esquerda, um homem com a face de perfil obscurecida tendo por baixo um lobo; ao centro um homem com a face totalmente voltada para a frente, cujo rosto está parcialmente claro, tendo por baixo a face de um leão e à direita um rosto de perfil totalmente iluminado, sendo que por baixo há um cão.



(VACELLIO, Ticiano. 1560. 1 original de arte, óleo sobre tela, 75,5cm x 68,4cm.)

É possível observar os dizeres em latim ao redor das cabeças humanas, onde está escrito “A partir da experiência do passado, opere o presente de forma prudente, para não estragar as ações futuras. Erwin Panofsky¹ acredita que é retratado no quadro o próprio Ticiano como o mais velho, representando o passado. Seu rosto está imerso em uma sombra simbolizando a lembrança do passado. O lobo que o acompanha representa as lembranças que devem ser devoradas. Ao centro está seu filho Orazio representando o presente, sendo o único com a face voltada para a frente. Seu rosto está parcialmente obscurecido, simbolizando a presença do passado, mas já revelando uma abertura para o futuro. O leão abaixo é forte e impetuoso, pronto para agir. Já a esquerda se encontra o semblante de seu sobrinho Marco. Seu rosto está iluminado, representando a esperança do futuro. O cão dócil representa o futuro, que está domesticado pelas experiências, mantendo assim uma conduta de respeito ao passado. Ticiano nos dá um conselho: precisamos ver o passado, ele necessita ser lembrado, mas este nunca se revela completamente. É preciso enxergá-lo para que o presente possa agir prudentemente, assim, as boas luzes encaminham o futuro.

A linguagem prudencial, que remonta à Antiguidade Clássica, auxilia no planejamento da ação humana. Muito importante a época de Ticiano, essa não se dissipou inteiramente nos séculos seguintes na Europa e em suas colônias. Embora tenha sofrido transformações importantes, a tradição do saber prudencial se manteve especialmente no âmbito do debate político, e, em especial, no caso brasileiro. Mostraremos como, durante um momento central do debate sobre a Reforma da Constituição de 1824, a linguagem da prudência foi mobilizada e qual a relação entre o saber prudencial e o saber histórico da época.

1

Os trâmites da reforma constitucional

No fim do ano de 1830, a imprensa liberal exaltada da Corte iniciou uma aferrada campanha pela instauração do sistema federalista no Brasil. Apesar do debate não ser novo, se encontrava silenciado desde a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e da repressão à Confederação do Equador, as quais calaram a oposição ao governo até 1826, quando o Legislativo e a liberdade de imprensa foram restaurados. A pauta da questão federalista foi retomada em 1829 por um grupo de oposição a Dom Pedro I, os liberais exaltados, que lutavam em defesa da descentralização política e administrativa. Os jornais que começaram essa campanha na corte foram a *Nova Luz Brasileira*, que era redigido por Ezequiel Corrêa dos Santos, e *O Republico*, de Antonio Borges da Fonseca.

O debate contou com acalorada repercussão na imprensa, sendo a questão federalista rejeitada por folhas moderadas, as quais se mostraram contrárias a toda reforma na Constituição de 1824. O debate ganhou as ruas da Corte e de várias províncias, repercutindo em protestos às vésperas e depois da Abdicação. Esse foi o tema de discussão também em associações políticas criadas para debater a reforma, como a Sociedade Federal, vinculada aos exaltados. Assim, não havia como o Parlamento ignorar tais pautas, tornando-se o centro dos debates na Câmara dos Deputados ao se iniciar a Regência.²

A primeira moção a respeito da reforma constitucional foi apresentada em 6 de maio de 1831 na Câmara dos Deputados por José Cesário de Miranda Ribeiro, representante de Minas gerais, que conseguiu a aprovação para formação de uma comissão para propor a reforma, em conformidade com os artigos 175, 176 e 177 da Constituição. A abdicação de Pedro I ocorrera dois meses antes, a Regência estava se estabelecendo no poder e a capital do Império era palco de conturbadas revoltas.³ No dia 13 de outubro de 1831, após um período de discussão entre os deputados, o projeto foi aprovado e logo encaminhado para o Senado. Esse intento

2 BASILE, Marcello. *O “negócio mais melindroso”: reforma constitucional e composições políticas no Parlamento regencial (1831-1834)*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e Impressos – retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 185-219.

de reforma consistia de doze itens, os quais previam: a instituição de uma monarquia federativa; o reconhecimento de apenas três poderes políticos – o que extingiria o poder moderador e passaria as atribuições que lhe cabiam (e que fossem convenientes manter) ao Executivo –; o fim do mandato vitalício dos senadores, passando a ser eletivo e temporário; a diminuição do período da legislatura para dois anos; a extinção do Conselho de Estado; a conversão dos Conselhos Gerais das Províncias em Assembleias Legislativas; a divisão das rendas públicas em nacionais e provinciais; e que o executivo passasse a apresentar por escrito as razões de eventuais recusas às leis aprovadas no legislativo. Devido à expectativa e à agitação após a abdicação de D. Pedro I, os deputados não seguiram o rito previsto pela Constituição, enviando o teor das modificações, sendo correto apenas indicar os artigos que seriam alterados.⁴

As reformas tiveram uma recepção conturbada no Senado em 1832. Seu teor significava a alteração da base do regime monárquico. Dentre as propostas, a primeira discutida foi a autonomia provincial. Até esse período, todas as mudanças pretendidas pelas províncias deveriam passar pelo Conselho Geral e esse as reportaria às assembleias de cada Câmara. Por esse trâmite, as decisões demoravam muito a ser executadas, o que, por vezes, agravava os problemas já existentes e possibilitava o aparecimento de novas demandas. Devido à forte pressão feita pelas Províncias, o senador José Martiniano de Alencar lançou o primeiro pedido para a autonomia dessas, baseado no artigo 71 da Constituição de 1824, que dizia: “A Constituição reconhece, e garante o direito de intervir todo o Cidadão nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares”⁵

A primeira menção no Senado a respeito da reforma foi feita no dia 7 de maio de 1832, em comunicado do então presidente Bento Barroso, consistindo apenas em notificação que, no dia 8 de maio, se discutiria a possibilidade de

3 COSER, Ivo. *O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: A trama dos conceitos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, n. 76, p.191-227, jun. 2011.

4 SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.241.

5 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 8 de maio de 1832. p. 19.

marcar uma data para o início das discussões. Chegado o dia 8, deu-se início ao primeiro embate sobre o início ou não da reforma. A partir dessa data, o Senado recebeu em seus ofícios pedidos de Províncias como Minas Gerais, São Paulo e Bahia e da Câmara Municipal de Itu para que tais reformas fossem concretizadas, já parabenizando os congressistas pela iniciativa. Contudo, o momento para início dos debates não foi um consenso. Entenderemos o porquê da oposição, o que levou senadores como Marquês de Barbacena e Almeida e Albuquerque a se manifestarem, em um primeiro momento, contrários à reforma, e qual o motivo de tamanho resguardo.

Buscaremos as múltiplas expressões que a história apresenta na linguagem política dos senadores utilizada durante os debates da reforma constitucional. Analisaremos os conceitos e metáforas temporais expressos nesse âmbito, pois, através dela, caracterizaremos como a experiência moderna da política ocorreu. Acreditamos que os conceitos de prudência, cautela e circunstâncias são noções centrais para entender as particularidades da experiência que as ex-colônias passaram a ter. Ou seja, verificar como a prudência e a cautela foram determinantes para a ação em um momento em que se possuía pouca experiência política. Essas noções serão estruturantes no decorrer da dissertação, pois acreditamos haver uma linguagem prudencial moderna que pode ser vista não só no caso brasileiro, mas na América e na Europa pós-restauração. Acreditamos, ainda, que essas noções são centrais para qualificar a concepção de tempo progressivo, linear e aberto ao futuro que a hipótese da modernidade de Reinhart Koselleck traz.

Em 29 de agosto, o projeto retorna à Câmara dos Deputados e, no dia 3 de setembro, as discussões sobre a primeira e segunda emenda terminam. As outras emendas foram discutidas em conjunto, mas não registradas nos anais, pois o jornal que publicava as atas, o *Echo da Camara dos Deputados*, suspendeu seus trabalhos. Dessa forma, há nos anais apenas um discurso avulso de Antônio Rebouças feito no dia 4 de setembro, sem que conste a fonte. Diante das divergências entre Câmara e Senado, ambos se reuniram em Assembleia Geral, entre os dias 17 e 28 de setembro, através de um requerimento de Evaristo da

Veiga. Contudo, nos anais das duas instituições não constam os debates, apenas discursos avulsos. As decisões da Assembleia Geral resultaram na lei de 12 de outubro de 1832, que estabeleceu as bases da reforma constitucional para a próxima legislatura. Assim, no dia 7 de junho de 1834, foi criada uma comissão composta por Francisco de Paula Araujo, Bernardo Pereira de Vasconcellos e Antônio Limpo de Abreu, que apresentou na Câmara os trinta artigos do novo projeto de reformas. Dessa forma, no dia 12 de agosto de 1834, foi instituído o Ato Adicional à Constituição que extinguiu o Conselho de Estado, substituiu a Regência Trina pela Una e criou Assembleias Legislativas nas províncias.

A linguagem prudencial

O conceito de prudência pode ser observado desde a Antiguidade e é entendido como um recurso necessário para a autonomia pessoal e um elemento crucial para um líder político. Os gregos e romanos dão especial ênfase a esse último aspecto em seus trabalhos literários, filosóficos e históricos, fornecendo detalhes sobre como as ações dos líderes prudentes exemplificam a prática da sabedoria. Platão classifica a prudência como a primeira das quatro virtudes cardinais, as quais seriam evidentes no governante ideal. Seu conceito, segundo Robert Hariman⁶, contudo, teria falhado em supor duas coisas: a primeira, foi que a prudência poderia ser conhecida com certeza e em segundo ao associá-la a um elitismo vicioso. Isócrates, teria sido mais democrático ao esboçar sua concepção de prudência, segundo Hariman, pois a fundamenta na contingência, que poderia ser posta em prática se desenvolvida através da experimentação e aprendida com reflexão e a prática. Contudo, foi a definição de Aristóteles que se tornou canônica, as quais foram desenvolvidas no livro seis de *Ética para Nicômaco*.⁷

Para Aristóteles a prudência é um modo distinto de inteligência. Não pode ser classificada apenas como científica, artística ou contemplativa, ela é a capacidade de raciocinar sobre casos particulares da contingência julgando o que

6 HARIMAN, Robert (ed.). *Prudence: classical virtue, postmodern practice*. Pennsylvania State University Press. 2003.

7 Ibidem.

é bom ou ruim. É um raciocínio deliberativo e é contemplado pela ação. Assim, a prudência age como uma administradora para o florescimento humano, sendo capaz gestar outras virtudes, como coragem e generosidade, ao mesmo tempo que coordena interesses individuais e coletivos. Aristóteles afirmou que o melhor método para identificar os elementos da prudência era observar a conduta dos sábios. Essa abordagem não foi completamente realizada até Cícero, que desenvolveu uma articulação do conceito através de cartas, discursos, tratados e de seu próprio exemplo. Com ele, passou-se a entender que a fala pública era o principal meio de ação da prudência. O orador prudente deveria ler e falar para desenvolver seu discernimento, habilidade argumentativa, autocontrole e outras qualidades de liderança.⁸

O conceito de prudência está presente nos escritos políticos e históricos de Maquiavel e Guicciardini e é analisado por Felipe Charbel em *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. O conceito é usado segundo o autor para se referir ao “bom juízo, celeridade decisória e aguçada capacidade de avaliar as transformações e as sutilezas da realidade”⁹. Em momentos em que o “tempo treme”, e em que ocorre uma “epidemia dos tempos”, expressões que são usadas pelos senadores, mas que simbolizam a instabilidade a que os florentinos também se referiam, os prudentes devem possuir as qualidades do homem virtuoso e se guiarem pelos tratados antigos, como os manuais de Cícero e Quintiliano.

Para os florentinos do século XVI não existia prudência sem o reconhecimento público. A prudência estava relacionada à dominação das convenções retóricas que eram usadas no tratamento hierárquico. Ainda, os homens capazes de se guiarem através dessa linguagem precisavam ter a habilidade se expressarem em cerimônias públicas, tratar de forma adequada os soberanos e conhecer a composição de histórias e tratados que eram julgados necessários. Sem essas qualidades, mesmo possuindo “argúcia analítica”¹⁰, não

8 *Ibidem*.

9 TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010. p.13.

10 *Ibidem*. p. 14.

seria apontado como prudente ou nas palavras dos senadores, como virtuosos. Charbel descreve a prudência como associada à “ênfase no cálculo e medida das coisas do mundo”¹¹ que dizem respeito aos resultados que as ações dos governantes tomam. O conhecimento prudencial diz respeito a critérios de uma racionalidade não cartesiana, sendo a experiência e os costumes muito valorizados, e em que a palavra de sábios tem poder de lei. A prudência seria, nesse sentido, o mecanismo responsável por flexibilizar tais leis, tornando-se possível interpretá-las segundo os princípios da contingência, da necessidade e da “qualidade dos tempos”. Com ela, é possível traçar regras provisórias e, quando possível, “lançar luz sobre a realidade sempre cambiante”¹². Para os senadores, as grandes nações lançariam essas luzes, mas, pelo caso brasileiro apresentar circunstâncias diferentes, os homens públicos deveriam agir com ainda mais prudência para que não caíssem em equívocos.

A mudança no conceito, que os florentinos sugerem, não rompe totalmente com sua significação anterior, a perspectiva inovadora vem com a nova ênfase “no exame dos efeitos das ações e na antecipação das possíveis deliberações”¹³ que os governantes promovem. Significa também que a redefinição corresponde

a uma mudança de foco analítico cujo sentido fundamental seria não o de operar uma crítica destrutiva do humanismo, e sim a tentativa de aperfeiçoar seus mecanismos cognitivos, eles retóricos, segundo o critério da adaptação às condições dos tempos. ¹⁴

Os escritos dos florentinos ganham uma nova conotação por seus olhares estarem mais atentos aos novos lances da *Fortuna* e as novas circunstâncias dos tempos. O conceito de prudência muda, pois a forma como percebem a história também é modificada. Antes concebida como uma forma de “arte da prudência” e monumento da civilização, em Maquiavel e Guicciardini a história permanece como prudencial, mas passa a ser vista como um evento.

Dessa forma, investigaremos na linguagem política expressa no Senado Imperial Brasileiro as formas do saber prudencial. Queremos entender como esse

11 *Ibidem*.

12 *Ibidem*.

13 *Ibidem*.

14 *Ibidem*. p.18.

saber foi elaborado nos séculos seguintes a Aristóteles, Isócrates, Cícero, Maquiavel e Guicciardini, para isso tomaremos o caso do Brasil em 1832.

A linguagem política do Senado apresentar um caráter retórico, que contém em seu processo uma evolução do discurso político, seja com novos modos inventados ou com velhos modos transformados pelo contínuo processo de modificação da fala sobre a língua, da *parole* sobre a *langue*.¹⁵ Dessa forma, podemos perceber elementos e transformações sutis da consciência histórica que, em meios mais formais como o texto historiográfico e as instituições acadêmicas, não podem ser expressas da mesma forma. A compreensão sobre os conceitos de passado, presente e futuro muda e ganha caracterizações mais ricas, de modo que podemos tecer as nuances que o caso brasileiro apresenta. Acreditamos que, neste período, houve um incremento da forma moderna de experimentação e conceituação do tempo, como mostra o crescimento do uso de concepções processuais da história no sentido de uma marcha irrevogável e progressiva, além de uma consciência maior da aceleração desta marcha rumo ao futuro.

Estas mudanças na historicidade se realizam em meio à instabilidade na definição e operacionalização da soberania no sistema moderno representativo instalado há pouco no país. A experiência política nova, fundada no debate e na disputa de significados, revela uma profunda modificação de cunho linguístico. Para entender esse mundo moderno do debate político as teorias de Ludwig Wittgenstein, Quentin Skinner e John Pocock, serão centrais.

Ludwig Wittgenstein¹⁶ nos mostra que não basta reconhecer os significados que as palavras possuem para entender aquilo que é dito, mas também aquilo que quem enuncia “está fazendo ao dizer algo”. É preciso entender, em outras palavras, a “força ilocutória intencional”¹⁷, ou seja, compreender as intenções do autor e seus contextos para que, assim, reconheçamos seus verdadeiros significados. Portanto, como Quentin Skinner¹⁸

15 *Ibidem*. p.31.

16 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Lógico-Filosófico*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

17 AUSTIN, John L. *How to do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

18 SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

aponta, é preciso compreender os contextos linguísticos, as significações e os campos retóricos que são partilhados em cada momento histórico. A linguagem passa a ser reconhecida como um conjunto de elementos que, combinados, expressam significados e que possui sua própria ordem, tendo o poder de evocar objetos e situações, refletindo a maneira como a sociedade concebe o mundo. É possível, através dessas análises, reconstruir o modo pelo qual os indivíduos e os grupos compreenderam as diversas situações e entender como suas visões do mundo limitaram e organizaram suas ações. Para J. G. A. Pocock¹⁹, a linguagem é o local onde se dá a disputa entre os grupos políticos e indivíduos em conflito, uma vez que, através de sua evocação, do uso de certos conceitos e formas linguísticas e não de outras, estes podem expressar e legitimar as suas posições. Para ele, quanto mais complexo e contraditório é o contexto linguístico em que se situa o interlocutor, mais ricos e ambivalentes serão os atos de fala emitidos e maior será sua atuação no contexto linguístico, possibilitando assim, modificações e transformações. Dessa forma, a História do Pensamento Político é uma história da fala e do discurso, das interações entre *langue* e *parole*. Notamos que a História do Pensamento Político não é somente uma história do discurso, ela está além, há uma história por conta de se tornar discurso.

Os debates ocorreram no interior dos limites das linguagens disponíveis, tornando possível identificar as formas argumentativas e as estruturas conceituais e metafóricas, ou seja, a linguagem característica da época. É necessário entender como é construída a linguagem em uso, através das posições e referências divergentes nas manifestações dos senadores.

Pocock ressalta que um autor é tanto um expropriador, que toma a linguagem de outros e a usa para seus próprios fins, quanto um inovador, que atua sobre ela e promove modificações duradouras e momentâneas. No entanto, da mesma maneira que ele atua sobre uma linguagem, outros atuam sobre a linguagem que ele possui. As mudanças que ele procurou selar nas convenções linguísticas não impedem que a linguagem continue a ser usada da maneira convencional e nem que outras formas apareçam e anule ou distorça seus efeitos.

19 POCKOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

Contudo, mesmo que seja promovida a inovação, o mesmo não possui meios de controlar como serão as respostas dadas a ela. Sendo essas intervenções possíveis apenas aos contemporâneos. Essa característica da linguagem nos mostra o papel primordial da continuidade. Mesmo que transformações ocorram em contextos específicos, elas sobrevivem a esses momentos e se impõem sobre os atores dos contextos subsequentes. A eles também se repassa as restrições de inovações e modificações, e torna-se impossível saber quais serão as respostas atribuídas a elas. Quando transmitidas para outro contexto essas apropriações passam por interpretações, que por vezes as deturpam e as transformam em anacrônicas, o que é possível por conta do texto ter atuado na pessoa que o usa. Dessa maneira, Pocock mostra que Skinner ao falar sobre a interação entre *parole* e *langue*, fala de um momento da história da interação entre eles, mas que também deixa claro como esse é um momento aberto no tempo.²⁰

Os discursos políticos possuem mais de uma linguagem e modos de argumentação, os quais provem de diversas origens. Isso não significa que não exista uma linguagem capaz de coordenar todas as outras. Nos debates parlamentares, os quais apresentam diversas linguagens convergindo e se relacionando, conseguimos identificar a linguagem prudencial como estruturadora e organizadora. Isso significa dizer que, por mais que outras linguagens existam e façam partes desse meio, elas são usadas de maneira a sempre refletirem que a prudência e a cautela são as virtudes que irão os guiar naquele momento de tanta instabilidade.

A linguagem prudencial não é um recurso utilizado apenas como “estilo” ou por ser essa a linguagem “disponível” aos atores, estando para além disso. Ela não se lança apenas como “mero resultado da ação de seu olhar interpretativo”. Existe um número expressivo de atores e atos em que são utilizados esse recurso, mostrando como ela é expressiva e estruturante. Ela possui elementos de experiências adquiridas, sendo uma linguagem corrente no discurso público de uma sociedade institucional e política. Ela trata de instituições, autoridades, valores simbólicos e acontecimentos que se apresentam como parte da política

20 *Ibidem*. p.30

dessa sociedade e que deriva de seu próprio caráter. Assim “uma ‘linguagem’ no nosso sentido específico é, então, não apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um tema de discussão prescrito para o discurso político”. Dessa forma, vemos que cada contexto linguístico indica contextos políticos, sociais ou históricos, dentro da própria linguagem em que esta.²¹

Cabe ressaltar que o discurso histórico é prático e se move devido às necessidades do presente. Quem usa a linguagem explora as tensões que entre seus usos e as constantes novas maneiras de utilizar as palavras.

Em resumo, não acreditamos que a linguagem prudencial é nova, pois mostramos que existe como uma longa tradição que remonta à antiguidade. Mas acreditamos que ela esteja sendo usada de uma nova maneira durante a Reforma Constitucional no Brasil no ano de 1832 na tentativa de organizar uma realidade em crise. Assim, a linguagem prudencial foi desenvolvida para guiar os legisladores no caminho do progresso, da civilidade, de acordo com as experiências históricas.

O período das regências como nó histórico

O Período Regencial Brasileiro como um todo foi um momento marcado por profundas transformações no campo do político. Ressaltamos que se tratou de um processo de modificação dos pilares que sustentavam a compreensão da sociedade a respeito dela mesma, o que nos leva diretamente ao problema do político como dimensão humana fundamental. Nesse sentido, destacamos a compreensão de Marcel Gauchet, para quem

o político representa um conjunto de mecanismos e representações primordiais que, projetadas para o campo da política, sustentam a vida de uma comunidade, permitindo-lhe pensar a si mesma como unidade, sem renunciar à pluralidade.²²

21 *Ibidem*. p.37

22 ROSANVALLON, Pierre. Apud. GAUCHET, Marcel. *La Condition Historique*. Entretien avec Francois Azouvi et Sylvain Piron. Madrid: Trotta, 2007. p. 28.

O político vem da necessidade de criação de uma ordem onde todos estão associados, existindo normas de participação, bem como sua distribuição. O político não se dissocia do social, nos mostrando que suas relações refletem a maneira como ocorre o agir, nos permitindo uma análise e sua compreensão.

Na sociedade moderna, o político passa a adquirir outra definição. Não é mais entendida como algo natural a ordem, que definia participações e distribuições. Com essa mudança, o político passa a ser ampliado ou mesmo liberado, como afirma Rosanvallon. Isso ocorre com a mudança de compreensão da sociedade sobre sua própria estrutura que, vista antes como um corpo, passa a ser entendida agora como uma sociedade de indivíduos, o que promove um *déficit* de representação. Passa a ser necessário entender quem representa o povo e como a representação ocorre; entender quem é o povo e dar face a ele. Quando o corpo passa a não corresponder mais à representação, o político passa a ser o agente que “representa” a sociedade, porém sem possuir uma forma definida na nova natureza em que se encontra. Nas sociedades modernas, sente-se a necessidade de promover uma representação formada por indivíduos e que ela se torne visível e notável, tornando possível, assim, que o povo adquira uma face. O imperativo da representação passa, assim, a distinguir a política moderna da antiga.

Ao longo dos debates, os governantes colocaram questões que lhes eram fundamentais, refletindo o momento em que se encontravam. A primeira que demonstramos é: como conciliar as *circunstâncias* com os melhores rumos para a jovem nação. Essa questão expressa a sensação de instabilidade que a experiência moderna representava, pois sentia-se a necessidade de mudança e de adequação às novas formas de agir politicamente e socialmente. No discurso do senador Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque temos o seguinte questionamento: “Os nossos destinos são bem diversos; nós devemos marchar a par dos progressos das luzes da civilização: se tudo muda no homem e em roda dele, como deixarão de mudar as suas instituições?”²³ Dessa forma, se mostrava necessária a adequação aos tempos, com a conseqüente mudança das instituições, pois estariam vinculadas a uma forma de governo que não representaria mais a nação. Estas deveriam mudar

23 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 28 de maio de 1832. p. 144.

de acordo com as circunstâncias, para que entrassem nos melhores rumos, “na marcha do progresso”. A partir dessa primeira questão política central surge outra reflexão igualmente fundamental: como deixar ideias antiquadas e focar apenas no que é de alguma forma inovador sem, contudo, atropelar as necessidades, circunstâncias e anseios da população?

Outro ponto levantado por alguns governantes era a “quantidade de história” até o momento: como conduzir uma nação onde se considerava não haver “muita história”, e que carecia, portanto de exemplos próprios? A jovem nação possuía uma história de domínio devido o passado colonial, sendo então uma história de Portugal, mais que sua. Assim, o novo país precisava de outras formas de fundamentar seus propósitos de acompanhar o progresso. Não havia a segurança de um passado distante e profundo com longa linha cronológica – o que a Europa possuía na Antiguidade Clássica e na Medievalidade. Os homens públicos brasileiros percebiam o ritmo temporal como instável, em movimento, convulso e trêmulo. Tal instabilidade leva ao seguinte problema: como ser um bom governante em “tempos em que tudo treme”?

Em todas essas questões permeando as decisões que cabiam aos governantes, havia uma, contudo, que se sobressaía às outras e que ilustraria uma de nossas hipóteses: como fazer as mudanças na carta maior da nação tendo cautela e prudência? Ao tratar da mudança em meio às circunstâncias – necessidade de progresso, falta de exemplos históricos próprios e instabilidade temporal–, guiar-se com prudência e cautela era acima de tudo o mais importante. Assim, frente a esse discurso político, acreditamos que a linguagem prudencial foi responsável por guiar a discussão sobre a reforma e sobre a construção da nação, no momento em que se deparavam com o vazio de poder devido à abdicação de Pedro I. A experiência moderna do tempo e da história, na Regência, nos parece articular-se em uma perspectiva prudencial, entre um pêndulo de aceleração e desaceleração. Ou seja, por vezes, as circunstâncias exigem que as decisões sejam feitas de maneira lenta, analisando todos os vieses. Em outras vezes, é preciso se arriscar e agir rapidamente.

Dessa forma, não compartilhamos da ideia de que o debate político cotidiano foi uma linguagem constituída apenas por influências e recepções passivas advindas de textos doutrinários estrangeiros, notadamente franceses, ingleses e norte-americanos. Acreditamos que as influências foram de suma importância, mas os conceitos e argumentos expressos neste âmbito foram forjados na nova experiência política de uma nação americana recém independente, caracterizada, segundo Rosanvallon, pela inevitável indefinição do sujeito da soberania política e da característica da instabilidade da representação moderna.

A reforma constitucional contava com pautas como autonomia política das províncias e implantação da federalização, que refletiam o caráter de mudança nas estruturas políticas e em suas representações. Os governantes se encontravam diante de uma nova experiência política para o cenário brasileiro, com a falta de um monarca regente. A Regência, mesmo que constituída, era instável e carecia de apoio por parte de deputados e senadores, bem como por uma parcela da população. Logo após a abdicação, o Império Brasileiro passou por um período do que pode ser chamado, fazendo referência a uma expressão de Rosanvallon, de *nó histórico*, consistindo em uma sucessão de eventos e transformações de estruturas que mudam os pilares que fundamentam a sociedade. Nas palavras de Pierre Rosanvallon, esse período pode ser definido como um momento de ebulição e conflito, em que é posta na cena pública uma série de questões e projetos políticos. Para ele, os nós históricos significam momentos em que novas racionalidades políticas e sociais se concentram e as representações do político se modificam em relação às instituições, às técnicas de gestão e às formas de relação social.²⁴ Isto é, um momento central onde ocorreram intensas reformulações na linguagem política e na forma de percepção da realidade presente do país pelos grupos políticos dominantes no Império. Com isso, as estruturas de organização política, bem como da linguagem e das formas argumentativas, foram reelaboradas.

24 ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*; tradução de Paulo Martinez. Revista Brasileira de História. São Paulo:v.15, nº30. 1995. p. 9-22.

Central nestas mudanças foi a reconfiguração da forma como o tempo e a história foram vividos e conceituados, ou seja, como o passado, o presente e o futuro foram experimentados pelos grupos políticos durante os debates. Rosanvallon dá três exemplos pontuais e distintos de nós históricos na França pelas questões que os suscitaram: o primeiro é como entender o “terminar a revolução” na cultura política do século XIX na sua relação com a percepção do Thermidor; o segundo, como e porque o pensamento da dependência social se transformou na Inglaterra no século XVIII; e, finalmente, como se elabora a questão do liberalismo e da democracia durante a revolução. Esses exemplos mostram que, mesmo apresentando objetivos diferentes, estão todos relacionados a uma perspectiva central. Esses momentos escolhidos por Rosanvallon mostram que questões importantes foram posas nesse período, o que nos leva a questionar: o que era tão importante de ser resolvido em 1832? Podemos dizer que é a maneira como estava estruturada a Constituição vigente. Ela não parecia aos Senadores ser capaz de levar a Nação ao sucesso que tanto os governantes e o povo almeja por não estar adequada ao tempo em que era exercida. Era necessário que a Constituição passasse por uma temporalização, era preciso uma reforma.

Desde os primeiros diagnósticos realizados pelos próprios contemporâneos sobre os eventos, esse momento foi caracterizado como um tempo de turbulência, caos e anarquia, marcado por rebeliões em todo o território. Marco Morel em seu livro *O período das Regências* identifica naquele momento uma verdadeira “explosão da palavra pública”, isto é, um tempo de pluralidades de projetos e visões de mundo que não significavam “desordem”, como interpretavam os atores históricos do próprio período, e sim um “tempo de esperanças, inseguranças e exaltações, tempo de rebeldia e de repressão, gerando definições, cujos traços essenciais permanecem na sociedade.”²⁵

25MOREL, Marco. *O Período das Regências, (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

Capítulo I: As formas da linguagem prudencial através do conceito de progresso e dos usos das metáforas

1.1- O progresso das luzes no tempo

Como caminhar em direção ao progresso da nação foi uma pauta que esteve sempre em discussão durante o debate sobre a *Reforma Constitucional* no Senado Imperial em 1832. Buscava-se entender como seria possível adequar-se ao novo tempo sem, contudo, abandonar a tradição do Império e das antigas leis. Porém, as experiências do passado já não davam conta de explicar e orientar plenamente o presente. Com a abdicação em 1831 e o consequente vazio do poder, os acontecimentos se afastavam em grande medida da orientação fornecida pelas experiências anteriores, passando a ser guiados por um horizonte de expectativa mais aberto ao futuro.²⁶ Nas palavras do senador Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, os acontecimentos deveriam

marchar a par dos progressos das luzes da civilização: **se tudo muda no homem e em roda delle, como deixarão de mudar as suas instituições?** Uma Constituição é obra do homem, e tanto basta para não ser perfeita, e para consequentemente ser as vezes indispensável a sua emenda ou reforma²⁷.

Essa fala esboça o argumento dos defensores da reforma ou de parte dela, como o caso de Almeida e Albuquerque. A decisão pela reforma significaria adequar-se às mudanças do mundo: as instituições deveriam acompanhar os novos tempos. A ideia de adequação “aos tempos e as circunstâncias” já estão presentes em Maquiavel em “O Príncipe” no capítulo em que fala sobre a Fortuna nos assuntos humanos.²⁸ Para ele, cada príncipe segue uma tendência particular na forma de governar, uns vão de acordo com a cautela, outros com o ímpeto, uns pela violência, e outros pela astúcia. Mas o que um príncipe virtuoso não poderia esquecer é que o governante que não adéqua seus métodos aos lances das circunstâncias, acabaria por se lamentar. Porém, a Fortuna não se esvai se o

26 KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

27 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 28 de maio de 1832. p.144.

28 MACHIAVELLI, Nicoló Di Bernardo Dei. *O Príncipe*. São Paulo: Centauro, 2001.

homem modifica seu caráter para se adequar. Dessa forma, o governante bem-sucedido e virtuoso é aquele que acompanha os tempos.²⁹ O que estaria associado a um caráter progressista, onde seus defensores acreditavam que as mudanças os levariam para mais perto das nações que tinham um governo representativo e forte e, portanto, caminhavam na felicidade política. Mas, para marchar em direção ao progresso, era necessário ter cautela, principalmente nesse momento de instabilidade política, em que eram postos em cena diversas pautas e debates.

Até pelo menos a primeira metade do século XVIII, projeções futuras³⁰ ou – conforme as categorias de Reinhart Koselleck – “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa” eram atrelados de forma bastante evidente às experiências e tradições, de modo que as transformações sociais ocorriam de forma lenta, fazendo com que os exemplos do passado perdurassem no presente como elementos orientadores da conduta. A essa concepção damos o nome de *Historia magistra vitae*³¹ onde acreditamos que cria-se uma linguagem prudencial voltada para os exemplos do passado, com mudanças sendo absorvidas lentamente na marcha do tempo, trazendo sensação de estabilidade por longos períodos. Com a fragmentação desse topos, percebemos que a busca pelo progresso podia ser sentida como uma necessidade em países como da Europa e América. Os pensadores políticos e publicistas desses países estavam sendo lidos pelos governantes brasileiros que, através dessa apropriação, passavam a refletir sobre mudança política e social, construindo sua própria concepção de marcha do progresso.

A necessidade de se adequarem às luzes e deixarem o passado para trás mostra que o progresso era visto como atrelado à concepção de abandonar “velhas

29 SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2012. p.57

30 Entendemos que “projeções futuras” é uma categoria de horizonte de expectativa. Elas não são sinônimos perfeitos.

31 Embora tenha entrado em crise mais ou menos entre 1780 e 1830 na Alemanha – também segundo Koselleck –, se manteve ao longo do século XIX na linguagem política, ainda que de forma mais superficial e formal, ou seja, sem grande poder efetivo de orientação. Por esse conceito, as experiências do passado trazem luz às questões do presente, onde não haveria rupturas muito significativas em pequenos espaços de tempo. Dessa maneira, podemos explicar a história como sendo caracteristicamente cíclica, pois não haveriam grandes rupturas e, de acordo com a literatura da época, tampouco mudanças significativas. KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

ideias”. As “velhas ideias” estão geralmente associadas com a busca pela continuação das tradições que até então vigoravam e que regiam as instituições e os governantes. Sendo no Brasil, o ano de 1832, um nó histórico percebemos um grande jogo de forças entre “velhas ideias” e “novas ideias”, entrando em disputa a necessidade de acompanhar as novas circunstâncias, mas onde não se quer perder a tradição. É preciso ressaltar que as duas concepções não se excluem, entrar no novo jogo das circunstâncias não significa dizer que a tradição deve ser abandonada. Durante a discussão sobre a maior autonomia das províncias um dos principais argumentos da oposição era de não conceder tanta liberdade, pois isso desmantelaria o império, acabar-se-ia com a tradição. Para o senador Vergueiro, não dar maior autonomia as províncias era usar um princípio despótico, onde sempre se supõe que os povos são ignorantes e que para tudo é necessário que os dirijam. Ainda, o mesmo ressalta que

Se queremos conservar a integridade do Império é preciso dar ás Provincias sufficiente liberdade para promoverem na sua particular economia, respeitadas as Leis, e os interesses geraes. Ellas sem duvida lucram muito em pertencerem a uma grande Povoação; mas se acaso se lhes tolherem os meios de serem felizes, hão de separar-se. **É indispensável, pois, attender ao desenvolvimento do princípio Federal, e melhoramento das nossas circunstancias locais, e progresso de civilização.** O espirito publico assim o exige, e fôra temeridade resistir-lhe.³²

Sua fala reflete a vontade da permanência entre as ideias velhas e novas, pois o Império é a tradição que não se quer abandonar, mas que precisa ser adequada as circunstâncias, valendo-se do princípio federativo. Era urgente para eles que as ideias se entrelaçassem e permanecessem unidas. Sendo essa é uma das principais características dos períodos em que o nó histórico ocorre, onde argumentos que podem ser interpretados como contrários passam a não se excluir. Por ser um momento de instabilidade e de difíceis tomadas de decisões, flertar com essas ideias e adequar-se as circunstâncias é necessário.

Esse é o período em que o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” começam a se afastar no Brasil. Após 1789, compreendemos a experiência desse afastamento na França, com a Revolução Francesa temos o

32 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 16 de maio de 1832. p.77.

auge do período em que a história perde seu caráter plenamente exemplar. Com questões e ações que não são próprios de outro tempo, ela muda o rumo da história: corta-se a cabeça do rei e também o ciclo da história. A história assume um caráter linear, onde se busca o progresso, novas experiências e ações. Esse foi um momento em que o futuro não estava traçado. Como Koselleck nos diz, o futuro estava aberto às inúmeras possibilidades, o que se afastava das previsões do momento anterior a Revolução. Antes, o que se via era um futuro traçado, fechado, que incorporava lentamente as mudanças sem que elas fossem notadas ou significassem grandes eventos. Dessa forma, “o horizonte de expectativa passa a incluir um coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo”³³.

Diante da necessidade de progresso, os senadores entendiam que a prudência e a cautela seriam seus maiores guias na arte de legislar, pois somente com elas não se cairia na anarquia. Desde o século XVIII, a prudência é vista como uma das virtudes mais importantes de alguém “para orientar sua ação e para intervir num mundo dominado pelas contingências.”³⁴ O papel do legislador nesse momento de caos se torna fundamental, pois, em meio a mudanças tão profundas nos sistemas do Império, se fazia necessário que o povo brasileiro se deixasse guiar por quem realmente conhecesse a razão e o melhor caminho nas luzes para, assim, não cair em erros possíveis de serem evitados. Para o senador Antônio Gonçalves Gomide, apesar do povo do Brasil não ter instrução, todos são dotados pela natureza “de talento fino para conhecer a verdade”, tem critérios para averiguá-la e tem índole para segui-la. O defeito do brasileiro, para Gomide, é ser levemente “credeiro”, que toma de boa fé insinuações e conselhos de pessoas que lhe falam com dissimulação e hipocrisia, e que apenas o fazem de degrau para as escadas de sua ambição e cobiça. Contudo, precisamos situar que tipo de prudência os senadores se referem. Conseguimos identificar dois tipos: a prudência antiga e a moderna.

33 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.317.

34 TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Prudência e conhecimento efetivo*. Ciência Hoje, 2013. Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/4179/n/prudencia_e_conhecimento_efetivo>. Acesso em 11 de abril de 2017.

O conceito da prudência antiga pode ser verificado através do uso dos exemplos referentes a um passado longínquo, como a história antiga, mesmo que esse não faça parte da história da própria nação. A exemplaridade antiga era cabível, pois a história não possuía tantas rupturas e as mudanças eram incorporadas ao presente. Ou seja, se conseguia compreender o futuro porque havia um entendimento prévio do caminhar da história. A característica da prudência antiga está associada aos exemplos do passado. Isso significa que, na linguagem prudencial antiga, vemos a experiência como provedora de exemplos. Os senadores, ao fazerem referência a experiências de outras nações e usarem a história antiga como guia, fazem recurso dessa linguagem. Visconde de Cairu, por exemplo, em diversos momentos foi acusado de antiquado por estar vinculado a tais ideias, sempre se cercando de exemplos da história antiga, principalmente os que mostravam como romanos e gregos lidavam com seus problemas políticos. Diante dessas posições, o senador constantemente entrava em desacordo com seus pares, principalmente com aqueles que o próprio caracterizava como estando ainda em seu verdor. Ao afirmar, no dia 23 de maio de 1832, que se vivia “tempos convulsos” e, portanto, se necessitava de cautela e prudência para tomar decisões, recebe a resposta de José Martiniano de Alencar:

Sr. Presidente, eu respeito muito as luzes do nobre Senador que acaba de fallar, e até mesmo aprecio muito a firmeza do seu character sempre decisivo em suas deliberações **sem capitular com o tempo nem com as circunstancias**; mas tambem vejo-me obrigado a confessar, que o nobre Senador está tão aferrado a idéas antiquarias, e tão inaplicaveis ao tempo presente, que de certo me persuado já não poder fallar nas cousas, de que hoje tratamos. **Sua litteratura, posto que vasta, quando muito poderia ser propria para o seculo passado até 1789 para agora de certo não é muito propria**, e é por isso que o nobre Senador a cada passo encontra, e vê nas mais pequenas cousas Poder Divino, Direito Canonico, Direitos imprescriptiveis, etc., etc. Eu pois não me faço cargo de responder ás muitas cousas que disse, e nem mesmo sei textos para opôr ás citações, que fez, e bem que, ao meu ver, pouco applicaveis ao ponto da questão; e só lhe digo, que elle parece querer defender a Constituição, como alguns fanaticos defendiam a Religião de Jesus Christo, que mais a destruiam com suas erradas pregações, do que os mesmo inimigos, que claramente lhe faziam a guerra. **Comtudo, o tempo irá sempre arrastando ao nobre Senador para as idéas do seculo, como já tem sucedido.**³⁵

35 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 29 de maio de 1832. p. 114.

Como vemos, Alencar é um dos senadores que reprova a maneira como pensa Cairu, principalmente por este contar com argumentação voltada a uma forma antiga, como quando faz uso dos direitos naturais ou do direito consuetudinário. Alencar também o põe como um antigo ao dizer que ele não se adéqua aos tempos, nem as circunstâncias. Essa característica é atribuída como perigosa desde Maquiavel, que acredita que se um legislador não vai de acordo com as circunstâncias e aos tempos e tenta moldá-los as suas crenças têm o sério risco de fazer um mau governo. Isso porquê, aquele que tenta se impor, não é prudente e só os homens prudentes e virtuosos são capazes de exercer um bom governo.

O agir das circunstâncias de Alencar é pautado no futuro, nas previsões do que pode ocorrer, sendo essa a principal característica da linguagem prudencial moderna. É necessário ressaltar que o agir nas circunstâncias não é restrita à prudência moderna, sendo presente, como resalta Quentin Skinner, em Nicolau Maquiavel e seus contemporâneos. Em 1503, após uma conversa com o cardeal de Volterra e com Pandolfo Petrucci em 1505, Maquiavel sente necessidade de registrar como sua máxima de conduta política que “a chave do sucesso de um governo consiste em reconhecer a força das circunstâncias, aceitar o que dita a necessidade e adaptar sua conduta aos tempos”. O que há de novo na prudência moderna é que o futuro passa a ditar as formas da prudência, diferente do que Maquiavel propõe, sendo que para ele é necessário usar os exemplos de reis e imperadores que tiveram erros e acertos.³⁶

Este senador fala ainda sobre como, no momento de crise, seria necessário desafogar a Câmara dos Deputados e a Assembleia Geral pois, cada vez mais, acumulavam resoluções a ser definidas. Alencar resalta também que, apesar desse ser um pequeno remédio, ele se faria indispensável para a conservação da existência política da sociedade. Acreditava que deveria partir do Senado tal decisão, aliviando um pouco a dor das províncias. Além disso, a decisão mostraria que o Senado não estaria aferrado a ideias mesquinhas e que estaria disposto a conceder tudo que “as províncias desejam, a justiça exige e a razão aconselha”.

36 SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2012. p.56

Prudência e cautela seriam os principais remédios que o corpo político pode receber, por se tratarem de guias que reconhecem as diferenças e o tempo em que agem, sendo capazes de exercer seu papel em todos os momentos da vida. A prudência, muitas das vezes, está associada com a carência de experiência histórica, tornando-se assim essencial para a compreensão do que significa a história no momento para os governantes. Essa carência explica o conceito moderno de prudência pois, ao se encontrarem carentes de exemplos, necessitam ter cautela.

As ideias que começam a circular efetivamente após a Revolução Francesa em 1789, trazendo acontecimentos que culminaram com a marcha da história então em curso, como o pensamento conservador que surge para se opor ao pensamento revolucionário, são colocadas em questão por Alencar. O pensamento conservador surge em 1789 e, através de uma linguagem prudencial moderna, se coloca contra o pensamento revolucionário. Para os conservadores, os direitos naturais não serviriam para explicar os direitos dos homens, pois existem os direitos criados pelos homens com base histórica; justamente a crítica que Alencar faz a Cairu. Edmund Burke é considerado o primeiro a escrever os princípios do conservadorismo em “Reflexões sobre a Revolução em França”³⁷. Para ele, abandonar a História seria eliminar a experiência e a herança que os antepassados legaram à sociedade. Burke acredita em mudanças e que elas são necessárias; porém, não acredita em revoluções. Ele não é um reacionário, pois não quer que voltemos à época anterior, mas acredita que as mudanças “revolucionárias”, que romperiam com a história e eliminariam seus ensinamentos, não são atitudes sábias. Defende que as crenças e costumes são o que recheiam os homens concretos e dirigem a maior parte de seus atos, e que a tradição é o que deve guiar os homens. Nenhuma sabedoria poderia substituir a experiência acumulada por um povo ao longo de gerações. Ainda segundo Burke, não deveríamos ignorar aquilo que existe, pois as decisões passadas foram as melhores que cada governo poderia fazer, e eliminá-las seria equivalente a acabar com a existência de nossos ancestrais. O medo da revolução era algo sempre presente nas pautas dos

37 BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

senadores, o que originava constantes discussões sobre como não deixar o povo ser guiado por ideias revolucionárias, caindo na anarquia. Trataremos então, como contraponto ao pensamento prudencial, a anarquia e o pensamento revolucionário.

Com as críticas que o pensamento revolucionário recebeu e a ação contrária que sofreu por parte da contra-revolução, do liberalismo da restauração e do liberalismo doutrinário, a categoria “Tempo” exerceu grande influência na linguagem; quase não existiram conceitos centrais na teoria política sem a variação temporal permeando seu significado. “O tempo passou a ser um título de legitimação utilizável para todos os fins.”³⁸ A história, como processo instável e constante de mudança rumo ao futuro, passa a se aproximar cada vez mais do pensamento político deixando cada vez mais de lado as linguagens orientadas pelas tradições, pela religião e pelo direito natural, sendo estas amplamente criticadas por Alencar. A política passa a ser um espaço onde a instabilidade das experiências e significados se tornam centrais para os atores envolvidos, daí a decadência de noções atemporais como os direitos naturais e imprescritíveis. Devido a isso, vemos a linguagem prudencial aflorar.

Na fala de Alencar, podemos identificar que as expectativas e projeções no campo da política passaram a incorporar cada vez mais uma dimensão processual e futurista, em detrimento dos exemplos do passado e direitos naturais a-históricos que antes legitimavam a maior parte dos argumentos numa sociedade marcada pela estabilidade das formas políticas tradicionais. Ao mesmo tempo, as experiências e circunstâncias, em especial os desafios e conflitos ligados à experiência da representação e da participação política moderna, passaram a embasar as expectativas de modo mais claro.

A relação dos senadores com a história, contudo, adquire uma característica diferente das grandes nações europeias: o fator da experiência. Para os senadores, era preocupante o fato de possuírem “pouca história”. Como o Brasil possuía um governo representativo direto a poucos anos, via-se necessidade de entender os exemplos que a história dava, para assim poderem tomar decisões. A defesa da reforma dos artigos 174, 175 e 176 por Caravelas ocorre pois o

38 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 296.

mesmo acredita que “nelles muito se desprezou a sanção da experiência, que não vem senão depois de largo tempo”.³⁹ O senador defendia como necessário ter cautela ao agir pois, devido ao pouco tempo de experiência, o país não contava com exemplos históricos, como as nações mais antigas. Os senadores acreditavam que apenas depois de possuírem um longo período na história poderiam se valer dos exemplos próprios. Mas a medida que o debate avança essa é uma pauta que passa a contrariar alguns senadores, como o senador Vergueiro, pois ele acredita que essa é uma forma de desmerecer todos os esforços feitos até aquele momento, como os dele, por exemplo.

O Marquês de Caravelas acreditava que o Senado deveria seguir o exemplo da Inglaterra para a reforma constitucional. O senador remete a reforma Parlamentar que tentavam fazer desde 1779, que era tratada com grande energia e assiduidade por Charles Grey e William Pitt. Com a Revolução Francesa alguns partidos surgiram na Grã-Bretanha, o que fez com que passassem a se opor a reforma. De acordo com Caravelas, não foi porque passaram a julgá-la desnecessária ou pouco útil, mas porque o tempo não era próprio. O senador ressalta que a decisão foi tomada por consumados políticos, os quais não requisitavam tanta prudência como o Brasil exigia. Para ele, a Inglaterra possuía circunstâncias muito mais favoráveis, pois os partidos não se disfarçavam e iam a campo com as armas na mão. O senador completa:

Tambem se disse: - As Constituições formam os Povos. - **É verdade; mas que tempo é preciso para se colher esse precioso fructo? A força da educação, dos habitos, e dos prejuizos, que se incorporam com os costumes, offerecem sempre uma resistencia, que não se vence senão depois de largo tempo.** As Constituições não são um talisman, que opere essa mudança repentina. As mesmas idéas, que devem preparar semelhante mudança estão sempre em agitação, **lutando as novas com as velhas:** e quando a opinião publica, já esclarecida, quer collocar uma verdade, ella encontra um erro occupando o lugar, que lhe destinava. E que males sempre inevitaveis não resultam da porfiosa luta dos erros? Não nos illudamos; não se fazem Constituições *a priori*. **As mesmas reformas ainda em poucos dos artigos da nossa Constituição devem ser feitas com muita prudencia; não são de facil emenda, como talvez se julgue, se não se ajustarem com os costumes dos Povos;** e se para as conformarmmos as tornarmos a reformar, as Leis fundamentaes perderam assim todo o respeito

39 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Primeiro tomo. 28 de maio de 1832. p. 144.

e veneração que devem ter para serem executadas e formarem a nossa prosperidade.⁴⁰

A prudência, além de guia, se torna uma virtude pois, assim, poderia se agir no “tempo certo”. É necessário que o povo acompanhe tal momento, sendo imprescindível que os costumes se tornem adequados. Não bastava mais fazer leis, o povo deve ser construído pela história. Precisamos ter em mente que o agir prudencial e cauteloso não significaria lentidão ou demora. O que se esperava, na verdade, é que não se “perdesse tempo”, sendo o *kairós* inerente à virtude da prudência, assim como Odisseu orienta Telêmaco a intervir no momento certo, “nem antes nem depois”.⁴¹ É preciso agir apenas após o momento em que se examina e delibera, pois depois da reflexão se sabe como proceder corretamente. O senador Vergueiro expressa isso ao falar que as reformas são uma necessidade e são motivadas pelas agitações. Fala, ainda, sobre o pedido de conservação da Constituição:

Ja se nos pedio de alguma parte, que se conservasse a Constituição tal qual está? Não; ainda não tive noticia de representação alguma nessa phrase; pelo contrario todas as que tenho visto reclamam pela reforma. Não são pois as agitações politicas nenhum embaraço attendivel que prive de commodidade dos Povos, e ao progresso das luzes do tempo. Não se trata por ora de deliberar definitivamente sobre a reforma, porém sómente de propôla, para sobre ella se deliberar daqui a dous annos; por isso nenhum perigo se dá em admittir o Projecto, que eu ainda quereria mais amplo, para prover nas necessidades da Nação, e seguir sua vontade, mas eu desenvolverei melhor as minhas idéas a este respeito quanto se tratar do 1º artigo. O Projecto, portanto, não tem em seu desfavor nenhum argumento, pois mesmo as agitações politicas provam contra a reprovação, e pela admissão. **Eu estou persuadido, que as agitações politicas não terão termo, emquanto as reformas não se fizerem; e muito receio, que o dia em que o Projecto não se aceitar, e fôr aqui rejeitado, seja tambem o dia em que se propague o voto da separação; e ella nos bate á porta.**⁴²

40 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Primeiro tomo. 30 de maio de 1832. p.176.

41 FÉLIX, Luciene. *Prudência em Aristóteles e a questão da sustentabilidade*. Conhecimento sem fronteiras. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/CSF/artigo_2008_11_sustentabilidade.htm>. Acesso em 12 de abril de 2017.

42 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Primeiro tomo. 30 de maio de 1832. p.176.

A frase final de Vergueiro expressa sua preocupação em relação à não aprovação da reforma pois, caso não seja feita ou tarde a ser, será propagada à separação da Nação. Vemos que, quando os senadores dizem que esse não era o tempo propício para reformas, não significa que estão dizendo que essas devem ocorrer lentamente, mas sim quando for a hora certa. Ao dizerem que é preciso experiência, os senadores enxergam a necessidade do melhor momento, ou seja, se houver lentidão e a hora adequada passar, também não terão agido com cautela e prudência. Vemos que a prudência “é um saber moral porque há mérito em possuí-lo. Ela não existiria sem virtude moral”⁴³. O bom legislador saberia agir com cautela e assim levar prosperidade para sua nação. Apenas homens virtuosos conseguiriam ter a habilidade de serem prudentes.

O horizonte de expectativa passa não só pela mudança da forma da história: o conceito de “progresso” foi criado ao fim do século XVIII para reunir o grande número de novas experiências referentes aos três séculos anteriores. “O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam”⁴⁴. É necessário ficar claro que o progresso significaria uma mudança ativa no mundo, e não no plano abstrato. Nesse novo tempo, o espaço de experiência deixou de ser limitado pelo horizonte de expectativa, não estando mais um ligado ao outro. Dessa maneira, entendemos que a estrutura temporal da modernidade passa a ser “quanto menor a experiência, tanto maior a expectativa”, podendo ser traduzida pelo conceito de “progresso”.

Nesse momento, não podemos deixar de lado a sensação de aceleração do tempo, uma das características da modernidade: as pessoas desse período narram a sensação que o tempo passa mais depressa. Cada vez mais, há fatos que vem e vão, dando movimento ao tempo. Se, antes, a impressão era que o presente era alargado e o futuro distante e fechado às possibilidades, na modernidade vemos as categorias de tempo se alterarem. O presente passa cada vez mais rápido, pois os

43 *Ibidem*. p. 139.

44 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 317.

fatos se transformam em passado com muito mais rapidez. O futuro passa a ser aberto, tudo se torna possível, todas as modificações podem ocorrer.

Apesar de, na experiência europeia, esta ser uma característica presente após 1789, no Brasil esse movimento é visto principalmente após a abdicação, em 1831. O poder, que antes estava concentrado nas mãos da coroa, perde seu lugar. Se torna necessário encontrar um substituto para a tomada do poder. Os governantes passam a deparar-se com questões que nunca tiveram em suas mãos anteriormente. A todo o momento relatam a necessidade de se adequarem às luzes e deixarem o passado para trás. Um dos principais pontos dos debates dos senadores em 1832 é a respeito de como os senadores viam esses tempos de mudança brusca e como deveriam guiar-se. Caracterizando esse período como “novo tempo”, os senadores passam a narrá-lo como “tempo calamitoso”, “tempo em que tudo treme”, “tempos convulsivos”, “tempo inoportuno a mudanças”.

Apesar de no século XIX a França ter outras questões em jogo, traçaremos uma comparação com o século XVIII por esta ser uma comparação feita pelos próprios senadores em 1832. Nos debates do Senado Imperial, surgem questões que são motivadas pelas ideias revolucionárias francesas. Há, a todo momento, uma busca pela adequação às luzes e por deixar o passado para trás. Deve-se abandonar as “velhas ideias” e ir rumo ao novo futuro. As ordens do dia são feitas de acordo com esses anseios, e busca-se reformar a Constituição por esta já não ser adequada aos novos tempos. O senador José de Alencar, ao defender seu projeto de reforma, traz uma importante característica da política brasileira desse momento: para ele,

é necessário marchar progressivamente no systema: isto não é atacar a unidade do Imperio, não é derrubar a Monarchia, pelo contrário é fortificar mais uma e outra cousa, pondo as Instituições em harmonia com as necessidades e sentimentos dos Povos.⁴⁵

Assim, compreendemos que “marchar progressivamente no systema” não significaria tirar a monarquia do poder. Segundo Alencar, as instituições devem ser fortalecidas, mas com a manutenção do poder monárquico.

45 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Primeiro tomo. 23 de maio de 1832. p. 115.

Em um último exemplo conseguimos, através da fala de Alencar reunir os elementos que falamos acima. Sua fala retrata a forma como a prudência deve ser conceituada: agir no tempo certo, pois essa é a característica do homem virtuoso. A adequação aos tempos, o agir circunstancial, emparelhar as instituições na boa harmonia. A experiência como fator primordial para se guiar nas luzes e conduzir ao melhor caminho.

Eu não duvido, que este systema do nobre Orador seja baseado sobre um principio de prudencia política, elle é verdadeiro até um certo ponto; mas levado ao rigor, a que o nobre Senador o leva, elle produz o effeito contrario ao que elle deseja prevenir, elle produzira a precipitação nas reformas, sendo inteiramente negadas, porque então ellas serão feitas sem serem pelos meios legaes, e pelo conseguinte perigosas. É este o caso, em que podemos dizer com o celebre Montesquieu, que é tão triste a condição das cousas humanas, que até a virtude precisa limites. **Sim a prudencia política do nobre Orador levado a tal rigorismo, produzirá sem duvida a precipitação.** O nobre Senador sem saber a grande differença que ha entre o edificio physico e material e o edificio moral e político. O primeiro a experiencia tem mostrado, que quando se torna defeituoso, ou ameaça ruina, é mais economico arrazal-o até os fundamentos, e construir de novo; mas o segundo quando apresenta defeitos, ou ruinas, é necessario [especial-o], arremedat-o, e nunca convém deixal-o arruinar-se de todo a ponto de soffrer uma construção nova. É por isso que nenhuma só das Constituições modernas deixa encerrar em si o meio de sua reforma, ou alteração. **O apu[ro] das luzes fazendo conhecer, que as instituições devem sempre marchar de accôrdo com as circunstancias da Nação, e sendo mudaveis no andar dos tempos, convém, que aquellas sejam postas em boa harmonia.** É por falta desta providencia que os Governos da antiguidade mudavam tão repentinamente suas Constituições por simples accidentes. É assim que em Roma o Corpo ensanguentado de Lucrecia aboliu a realeza, a vista de Virgínia lançou fóra os Decemvros; o devedor, que appareceu na Praça Publica coberto de feridas, mudou a face da Republica e a roupa ensanguentada de Cesar malogrou a empreza heroica de Brutus. Sylla quando o Povo soffria um desgosto, não reformava, abolia a sua Constituição. **Finalmente nossa Constituição foi providente, como todas as Constiuições modernas, e se nós desejamos tão cordialmente sustental-a ponhamos em pratica o artigo 174 que também é uma parte della, afim de que seja conservado illeso o systema feliz que ella aos garante.** **Tratando nós agora da reforma marchamos com prudencia,** porque tendo a Constituição marcado 4 annos para depois delles se tentar qualquer reforma, é depois de 8 annos, que nós nos occupamos della, e então em que occasião! **Senhores, na occasião em que um grito geral reclama e em que a experiencia já nos tem mostrado não poderem mais dar as cousas da maneira que aqui têm ido.** Com effeito,

Sr. Presidente, analysemos a nossa Constituição, a veremos que, indispensável se faz a reforma mormente na parte de que agora se trata.⁴⁶

1.2 – As metáforas no “tempo em que tudo treme”

Nas palavras de Almeida e Albuquerque, durante o “tempo em que tudo treme” era necessário que se armassem com a égide impenetrável da razão, pois a voz da opinião pública era a voz de um povo alucinado e que estaria sendo conduzido por interesses de facções. Para ele, na efervescência das paixões era difícil, para não dizer impossível, conseguir o conhecimento da verdadeira opinião pública. Assim, diante de um momento de grandes indefinições e visto como grande desordem, precisamos entender os métodos de análise e compreensão usados pelos senadores. Dessa forma, analisaremos como as metáforas serviram como guia para a compreensão do momento e para sua definição.

As metáforas são um raciocínio que une a racionalidade e a subjetividade para que sejam expressos conceitos que possam ser usados em momentos de tensão e crise. Para I. A. Richards quando usamos uma metáfora temos dois pensamentos sobre coisas diferentes simultaneamente ativos operando sobre uma frase ou palavra, cujo sentido resulta de sua interação. Ou seja, para Richards uma metáfora é uma “transação entre contextos”.⁴⁷ No ano de 1832, os conceitos, metáforas e símbolos referentes à linguagem política passaram por transformações e ressignificações devido ao próprio diagnóstico dos contemporâneos de que esse era um momento de desordem. Nesses momentos, muitas das vezes a linguagem existente não possuía palavras para expressar as tensões e caracterizar as sensações e sentimentos. Richards aponta que as metáforas surgem por conta dos pensamentos não poderem ser totalmente expressos na linguagem ou hábitos gramaticais de uma determinada comunidade. Torna-se necessário a sua interação com as formas possíveis para assim se fazer entender.

46 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Segundo tomo. 07 de maio de 1832. p. 13.

47 GURGEL, Diogo de França. *Da metáfora em sua face retórica*. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.15, n.1, junho, 2017.

Javier Fernández⁴⁸ nos mostra que, em vez de perder significado após a modernidade, as metáforas passaram a ter protagonismo nos últimos três séculos, principalmente em momentos de crise e aceleração. Para o autor, metáforas possuem a capacidade de moldar a percepção e orientar o conhecimento e a ação. Sua etimologia remete “al traslado, desplazamiento o desvío de algo, puede ser entendida como la aplicación, aparentemente ilógica o al menos sorprendente, de un concepto propio de cierto campo semántico a un campo distinto”⁴⁹. Assim, quem cria uma metáfora sai dos caminhos e pautas trilhados. Dessa forma, quando se vê a impossibilidade de explicar um estado de coisas através das ferramentas conceituais disponíveis, se recorre a metáforas. Se recorre a conceitos de outra área para explicar algo que se tem dificuldade, algo que geralmente a pessoa que fala conhece melhor. As metáforas são uma estratégia do homem para “colonizar semanticamente” o desconhecido, para tentar acesso ao estranho e convertê-lo ao familiar.⁵⁰ Com isso, as grandes metáforas instauram uma subestrutura: primeiramente, contém um pensamento lógico e, posteriormente, vão criando camadas de ações mais concretas, que contém um campo semântico mais amplo.

Para Fernández, os conceitos são responsáveis por fixar os limites do pensamento e são ferramentas imprescindíveis para a ação humana intencional. Os conceitos expressam o mundo em que vivemos, mas também são criados para influenciar a realidade. Assim, o conceito indica o que se sabe e a metáfora o que se quer saber, o que se deseja construir. Dessa forma, percebemos que as metáforas dão conta de uma nova experiência, mas dentro de uma realidade em que já se vive. Em momentos de mudança e de grande incerteza política e intelectual, surgem metáforas políticas, através das quais enxergamos mudanças no campo da política e inovações conceituais. Metáforas seriam, portanto, recursos intelectuais insubstituíveis nesses momentos de *nó histórico*.

48 SEBASTIÁN, Javier Fernández. Conceptos y metáforas en la política moderna: algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual. In: *Historia cultural de la política contemporánea*, Jordi Canal y Javier Moreno Luzón eds., Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 11-30

49 *Ibidem*.

50 *Ibidem*. p.19

Diante dessas perspectivas sobre o que significa metáforas a trataremos então como um lance no “jogo de linguagem”, que antecede e sucede outros lances. Nos discursos referentes a 1832 no senado, vemos surgir principalmente três tipos de metáfora: as que dizem respeito ao corpo biológico – ou seja, a doenças, saúde e remédios –, ao tempo e à história.

No entanto, o uso de metáforas temporais é o que prevalece no debate. Para Koselleck, as metáforas são necessárias para falar sobre o tempo “pois só podemos representá-lo por meio do movimento em unidades espaciais”.⁵¹ É através do caminho que se percorre, da meta a alcançar, do progresso e de outras tantas representações que podemos descrever a passagem dos diferentes tempos. As metáforas sobre a temporalidade são usadas tanto pelo grupo contrário como pelo grupo a favor da reforma constitucional em questão. Tanto os senadores favoráveis quanto os contrários tinham como base de seus argumentos a questão do momento apropriado – ou as circunstâncias favoráveis – para tais alterações. A constituição havia sido instaurada em 1824 com a proposta que, se em quatro anos ela não se adequasse, seria instaurada uma nova constituinte. Passados oito anos, e em meio a um turbilhão de acontecimentos os senadores favoráveis viam a impossibilidade de adiar mais esse momento.

Os contrários à reforma caracterizaram esse momento como um tempo impróprio para discutir tais mudanças, de indefinições, de grande caos, onde a anarquia estaria sempre à espreita. No dia 8 de maio, Vergueiro, na primeira discussão sobre a reforma, remete a uma sessão do ano anterior, onde havia sido concordado não ser prudente tratar do projeto, por faltar o espaço necessário para isso.⁵² Ao falar sobre a falta de espaço, o senador se refere ao tempo insuficiente decorrido desde a abdicação, ou mesmo desde a promulgação da Constituição de 1824; logo, sua fala remete à falta de experiência política para falar sobre uma reforma tão importante. O Marquês de Barbacena também se opunha à discussão naquele momento, “pela estreiteza do tempo”⁵³ e por ter “pouco talento para

51 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC- Rio, 2014. p.9

52 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Primeiro tomo. 8 de maio de 1832. p. 21

53 *Ibidem*. p.22

inovações”. A este senador parecia mais adequado, diante das inconveniências, seguir a marcha que vinha sendo adotada pelos corpos legislativos de nações mais instruídas. Seu exemplo é a França, que, havendo realizado uma reforma na Câmara dos Pares, contou com uma comissão para o estudo da reforma que apresentou um relatório de muitas páginas, com prós e contras para esclarecimento, apenas então entrando em discussão. Para Barbacena, a reforma constitucional seria uma questão importante demais para que fosse discutida sem antes haver um parecer, assim como no caso francês.

Para representar a instabilidade das ideias e dos acontecimentos, o tempo é narrado como um movimento não ordenado. O Visconde de Cairu acreditava que “nas Províncias onde as luzes são mais raras, e as paixões mais turbulentas”, a situação tenderia aos “actuaes tempos convulsos”. Para o senador Gomide,

Em tempos tão inquietos e trabalhosos quer-se reformar a Constituição, ou para dizer melhor, quer-se extinguir a Constituição, que temos jurado, unico centro de união que pode ainda reduzir as vontades divididas em partidos a uma mesma e geral vontade. Diz-se que a opinião geral o exige. Sr. Presidente, a estimação e computo da opinião geral é uma operação de calculo dlffícil **em tempos socegados** é impossivel nas **épocas de perturbações pela continua variação de sentimentos (...)**⁵⁴

Para os senadores, estava se vivendo um tempo de efervescência das paixões. A razão era sempre invocada, pois alguns acreditavam que ela havia sido deixada de lado. Para o Marquês de Caravelas, era um momento em que não se podia colher a verdadeira opinião e espírito público. Afirma que “em tempo de chuva não se concertam telhados”⁵⁵ e que as circunstâncias não seriam as adequadas, não pedindo nesse momento a reforma. Segundo Caravelas, ainda não seria o tempo de colher os preciosos frutos que a constituição poderia oferecer. “A força da educação, dos habitos, e dos prejuízos, que se incorporam com os costumes, offerecem sempre uma resistencia, que não se vence senão depois de largo tempo”.⁵⁶ O senador Rodrigues de Carvalho caracteriza bem esse momento como estando

54 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Primeiro tomo. 28 de maio de 1832. p.146

55 *Ibidem.* p.176

56 *Ibidem.*

na effervescencia das revoluções, constantemente devemos trabalhar para enervar o furor dos partidos, neutralizar as intrigas dos ambiciosos, desmascarar as chicanas dos traidores, esterelizar a sisania dos perversos, curar a raiva dos freneticos, **e é no meio de convulsões que a razão dicta dismantelar o systema que nos pode dar união e força! Quem no meio da tempestade manda derrubar o edificio para o reparar? Quem, na irritação dos espíritos, pretende achar a calma das paixões e a impossibilidade do Legislador?**⁵⁷

Este senador acredita que não se deve canonizar a opinião pública quando se passa por um período em que os tempos são convulsivos e possuem ecos dos partidos, sendo necessário esperar por “tempos macios”, atribuindo um caráter de tempo palpável ao que se pretende. Carvalho cita o exemplo dos dias convulsivos no período revolucionário francês para defender que adotar a medida federal e deixar nascer novas ideias em “tempos calamitosos” só produziria ainda mais “idéas sinistras”. Essas descrições nos mostram que, para os senadores, não eram apenas os acontecimentos no tempo que se transformavam. O próprio tempo passava por uma mudança de caráter e qualidade. Notamos assim como o ano de 1832 é tão ilustrativo para nos situarmos no momento de profunda transformação do conceito de tempo.

A fala de Rodrigues de Carvalho corrobora o que dissemos sobre a posição de alguns senadores em não querer a reforma naquele momento. Embora acredite que esse tempo mostre mais desordem que estabilidade, ao fim de seu discurso vota favorável à reforma. De acordo com ele, apesar de tudo que narrou para justificar um posicionamento contrário, não poderia votar contra, pois já era nacional a vontade de mudança. Como legislador, não deveria escolher o melhor absoluto, e sim o relativo. Acrescenta, ainda, que deixa para as seguintes legislaturas a perfeição do sistema.

Mesmo contrário à reforma, o Visconde de Cairu permanece otimista. Para ele, “não é tão escuro o horizonte do Imperio como alguns imaginam”⁵⁸. Alencar e o Visconde de Cairu, durante os debates, permaneceram em posições opostas e trocaram acusações diretas. Cairu, no discurso do dia 28 de maio, ainda em

⁵⁷ *Ibidem*. p.152.

⁵⁸ *Ibidem*. p. 24.

discussão sobre reformar ou não a constituição, acreditava que a reforma “abriu indefinidamente o compasso das inovações”⁵⁹ e que isso produziria uma terrível revolução. Agir na prudência seria justamente a melhor forma para Cairu, as inovações se não fossem cautelosas levariam ao caos, a revolução. Alencar, quem propôs as reformas, responde ao senador tratando-o como um “aferrado a idéas antiquarias” e que o tempo presente não possui espaço para experiências antigas. Para Alencar, “a providência do Projecto é um princípio, é um ensaio para irmos chegar, sem correr, aos destinos, que o futuro nos prepara”⁶⁰. Muitos de seus argumentos contra Cairu são construídos a partir da perspectiva de que são de gerações diferentes.

Os senadores favoráveis, apesar de acharem que eram tempos de grandes agitações, foram mais brandos em suas metáforas. Para o senador Carneiro de Campos, “as reformas se devem fazer com mãos tremulas e muito cautelosas; porém ellas parecem uma necessidade da presente época”⁶¹. Para ele, era tempo de meditar, mas que as reformas deveriam acontecer mesmo assim.

A outra metáfora que vemos durante os debates é a do “rei piloto”, que é recorrente na literatura política pelo menos desde Platão. O marquês de Caravellas ao argumentar sobre o número de regentes que deveriam conduzir a nação usa o recurso da metáfora náutica:

Quanto ao Regente ser um só; muito inclinado sou a que, quem ha de exercer o Governo, e ter a direção da execução das Leis, seja uma e não mais unidades, entre tres póde haver diversidade de opiniões; mas em tempos como este em que estamos, quem seria o Piloto escolhido para lançar mão do leme da nao do Estado e guial-a com bom rumo, sem que os diversos partidos que existem empeçam o andamento do Governo? Pergunto mais: não haverá maior risco quando um só dirigir o leme do Estado? Não póde dar-se que o Regente sendo um só seja insuflado pelo espirito de partido? Parece que sim. Não me esquece comtudo o Triumvirato de Roma, mas também más Dictaduras houveram, e fico persuadido de que é mais facil o querer um só arrogar a si mais autoridade do que a que lhe quizemos dar, do que tres, dos quaes ainda que um tenha essa ambição, ou seja possuido de outra qualquer paixão damnosa, os outros dous impedirão a pratica della. ⁶²

59 *Ibidem*. p.138.

60 *Ibidem*. p. 114.

61 *Ibidem*. p. 186.

62 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. Segundo tomo. 3 de julho. p.60

É preciso, então, que o timoneiro tenha capacidade para conduzir o seu leme. Ele precisa ser um homem de bom juízo e que tome decisões adequadas após analisar as circunstâncias e os contratempos que o governo apresentará. É o agir na prudência que define o bom timoneiro, pois é aquele que age no tempo certo, conduzindo sua nau as luzes dos tempos. A prudência é o leme que permite que os timoneiros – os senadores – naveguem nos mares incertos com segurança e temeridade.

Ao tratarmos das metáforas temporais, não podemos deixar de lado as históricas, pois estão geralmente se referindo ao tempo, seja como exemplo do que passou ou do que se pretende alcançar. “Os espaços históricos se constituem graças ao tempo, que nos permite percorrê-los e compreendê-los, seja do ponto de vista político ou econômico”.⁶³ Contudo, apesar do breve exemplo, analisaremos mais detidamente no segundo capítulo, dando a elas uma atenção mais ponderada. As metáforas relacionadas ao corpo, à doença, à cura e aos remédios são centrais na discussão parlamentar, pois a nação é tratada como um corpo que deveria ser curado dos males da inconstância. Apesar de caracterizar outro uso das metáforas, estas não deixam de ser temporais, por estarem tratando da instabilidade do tempo.

As metáforas referentes ao corpo também foram amplamente usadas pelos senadores. Para Susan Sontag, as metáforas tradicionais com doenças estão, principalmente, apelando para a veemência. Geralmente, tratam apenas dois tipos de doença: a dolorosa, mas que possui cura, e a possivelmente fatal. Estão associadas à preocupação com a ordem social e, sendo a saúde conhecida por todos, se torna mais fácil o entendimento. Nas metáforas modernas, há um desequilíbrio entre indivíduo e sociedade, sendo a sociedade vista como adversária do indivíduo. Para os gregos a doença está associada a um castigo sobrenatural, seja por possessão pelo demônio, seja por causas naturais. Ela poderia ser gratuita, mas também poderia ser merecida. Com o cristianismo, Sontag mostra como foi imposta uma noção mais moralizante às doenças, que passou a ter um estreitamento entre a doença e a vítima. A doença passou a ser um

63 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.9

castigo que podia ser particularmente justo e adequado. Bichat, um grande médico do século XIX que foi descrito por Sontag, define a saúde como “o silêncio dos órgãos” e a doença como “a sua revolta”. A doença passa a representar algo que está no interior, como um símbolo, que precisa ser equilibrado. Na filosofia política a equivalência entre doença e desordem civil são feitas para que os governantes sigam uma política mais racional.

É também em 1832 que acontece uma importante reforma no ensino da medicina no Brasil, as escolas de medicina passam a ser faculdades. Além da criação das faculdades de medicina a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi criada em 1829. Com isso, os médicos passaram a reivindicar cada vez mais na década de 30 a criação de instituições médicas especializadas para a internação dos loucos que circulavam pela cidade. Isso é relevante, pois foi a partir daí que a produção científica local pôde ter um ambiente de estudos práticos, onde os folhetins sobre o tema passaram a ter maior circulação. Sabemos que quem tinha acesso e disponibilidade para ler tais conteúdos eram uma elite letrada, era composta, em parte, pelos senadores.⁶⁴

Sendo a ordem e o equilíbrio das preocupações mais antigas da filosofia política, torna-se possível a comparação com o organismo, uma vez que a desordem e o caos são vistos como doenças. As metáforas que dizem respeito a períodos de saúde e enfermidade são analogia entre o corpo biológico e o “corpo político”. As metáforas sobre o “corpo político” estão presentes, segundo Sontag, em Shakespeare, utiliza-se de muitas variações a respeito das infecções que afetam o corpo, porém, não distingue se elas são por contágios, infecções, feridas, úlceras ou algo parecido com um tumor.⁶⁵ Dessa maneira, é preciso estabelecer um tratamento correto para que seja recuperada a saúde.⁶⁶ O senador Vergueiro, ao iniciar sua fala, expõe que o que busca é que a reforma se faça com regularidade e com ordem. Ao ir contra o Visconde de Cairu, por este se opor à reforma afirmando que não é o tempo apropriado, usa a seguinte comparação:

64 OLIVEIRA, Pedro Henrique Ferreira Danese. *Institucionalização do alienismo nos periódicos médicos (Rio de Janeiro, 1832-1852)*. Rio de Janeiro: s.n., 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

65 SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 46

66 *Ibidem*.

Opõe-se também as – agitações políticas. **Isso é o mesmo que dizer que se aplique o remédio no estado de saúde, e que no de molestia deixemos perecer o doente á mingua. Quando o Corpo Político está enfermo é que devemos empregar os meios de salvá-lo.** É necessário examinar attentamente as cousas de todas essas agitações políticas; nós ouvimos ressoar por toda a parte o grito de reformas; nós ouvimos partir mesmo dos lábios de pessoas que nem sabem o que seja Reformas; e todavia eu não as capitulo por doidas; pois, se examino a causa de tudo isso com facilidade a descubro no descontentamento do modo, porque a Constituição foi estabelecida, e no ressentimento vivíssimo da dissolução da Assembléa Constituinte.⁶⁷

Um corpo enfermo necessitaria de cuidados, assim como o corpo político brasileiro. Nesse momento de agitação, seria necessário salvá-lo, antes que as paixões dominem os pensamentos e não seja possível percebê-las a tempo. Na Idade Média o significado das doenças estava relacionado ao moralismo, principalmente aquelas cujas causas são consideradas obscuras e o tratamento é ineficaz. Os objetos que exercem o medo mais profundo como a corrupção, decadência, anomia e fraqueza são identificados com a enfermidade, transformando assim a própria doença em metáfora. Ou seja, passava-se a caracterizar situações em analogia com as doenças⁶⁸. Um exemplo dessa questão analisada por Sontag pode ser encontrado na seguinte fala de Cairu:

Não direi que estamos em leito de rosas; mas cumpre advertir que, pela **epidemia dos tempos, peor que a da Cholera Morbus**, ainda nos Estados de consolidada Constituição, presentemente não ha tranquilidade e prosperidade.⁶⁹

As doenças epidêmicas eram usadas para designar um sentido figurado de desordem social. Sontag ressalta que de “pestilência”, remete a peste bubônica, veio o “pestilento”, segundo o Oxford English Dictionary é “injuriosa a religião, a moral ou a tranquilidade pública” e “pestilencial” significava “moralmente nocivo e pernicioso”. Assim, vemos como os sentimentos que se relacionam com a maldade e toda a sorte de corrupções do corpo ou da mente são projetados em

67 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 29 de maio de 1832. p.161

68 SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p.38

69 *Ibidem*. p. 63

uma doença. Tratando a Nação como um organismo é possível traçar a comparação da desordem política a uma doença, sendo a ordem uma das mais antigas preocupações da filosofia política e mostrando a doença como um desequilíbrio. “O tratamento se destina a restaurar o correto equilíbrio – em termos políticos, a correta hierarquia”.⁷⁰ De acordo com Sontag, no século XIX é possível observar uma crescente tendência do uso das metáforas de doença, para se referir a qualquer situação que se reprova, onde tornam-se mais virulentas, grotescas e demagógicas.

O senador Alencar, no discurso referente ao dia 8 de maio, primeiro dia de debate da reforma, mostra que os responsáveis por salvar o povo seriam os senadores. Compara a autonomia provincial a um remédio, que as províncias terão dentro delas para as mais urgentes necessidades.

(...) restando-me por ora somente acrescentar que, embora seja pequeno este remédio, como vai sendo, ha de ir suavizando alguns males, até que cheguem mais amplas concessões, que só podem ser feitas na reforma da Constituição; **e persuado-me que muito conviria que do seio mesmo do Senado partisse este remédio,** ou (permita-se-me a expressão) este consolo para as Províncias, que então conheceriam que o Senado bem longe de estar possuído de idéas mesquinhas, se acha decididamente disposto a conceder-lhes tudo quanto ellas desejam, a justiça exige, e a razão aconselha.⁷¹

Para Alencar, os senadores seriam os responsáveis por estabelecer a saúde no corpo, por portarem o remédio e as províncias careceriam: com o socorro adequado, a doença não progrediria. Maquiavel também se utiliza desse recurso ao usar a tuberculose como referência, indicando que, fosse a doença tratada em seu princípio, poderia ser evitada assim como os problemas de ordem política. Para ele, as questões referentes ao Estado ocorrem de maneira similar: quando problemas são diagnosticados em seu início, sendo isso feito apenas por homens de talento, os males podem ser logo curados, mas, caso isso não ocorra e a previdência falhe, deixando que todos percebam a má saúde, já não haveria mais remédio para a cura.⁷²

⁷⁰ *Ibidem*. p. 48.

⁷¹ *Ibidem*. p.19.

⁷² SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

A metáfora usada por Alencar mostra que o senado é responsável por pôr em prática uma política racional e evitar os males. Assim, cabe aos legisladores a responsabilidade e a capacidade de controlar a desordem. Para Almeida e Albuquerque, “o Legislador não deve ser dominado por paixões e por partidos”, devendo armar sua consciência “com uma tríplice couraça contra as opiniões corrompidas e desorganizadoras”. Os homens probos e ligados a seus verdadeiros interesses, mesmo rodeados por pérfidas sugestões, estariam reclamando pela manutenção da ordem, sem que os direitos fossem comprometidos.⁷³

Concordamos com Sontag ao dizer que "as modernas metáforas da doença especificam um ideal de bem-estar da sociedade, assemelhado a saúde física, que é tão frequentemente apolítico quanto o é um apelo a uma nova ordem política".⁷⁴ Principalmente no momento proposto, o ano de 1832, vemos que uma nova ordem política se apresenta. Por mais que os senadores não quisessem abandonar algumas características do regime que por tanto os governou eles viam a modificação como inevitável, mesmo que ela não fosse em sua legislatura. Escolhia-se, porém, aquilo que era prudente ou não reformar. Dessa forma, os senadores, expressam em sua fala algo não referente apenas ao corpo político, mas também à prudência. Nessa situação, caso as províncias não recebam seu remédio antes que se agrave a situação, padecerão. A prudência e a cautela são os principais remédios que o corpo político poderia receber. Além do mais, ao se prevenir e tratar de uma doença é extremamente necessário que a cautela e a prudência estejam associadas. As metáforas médicas, então, são uma analogia a linguagem prudencial, pois é preciso que se aja no tempo certo e com cuidado. Caso haja um diagnóstico correto, a evolução da doença não é irreversível, assim como os problemas na ordem política. Com isso, é necessário prudência para que as doenças graves não levem à morte e a previsão é necessária para o controle de crises sociais. “Trata-se de uma metáfora relativa à previsão, uma exortação para necessidade de prever”⁷⁵.

73 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 28 de maio de 1832. p. 145.

74 SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p.48

75 Ibidem.

Diante da percepção da carência de experiências políticas próprias, as novas nações ibero-americanas como o Brasil, que se viam diante das incertezas próprias da política moderna (sujeito da soberania, construção das instituições representativas, conflitos sociais e políticos), precisaram fazer uso de um amplo leque de conceitos e metáforas temporais e médicas. A linguagem política precisava se reinventar naquele contexto, momento em que a atividade metafórica foi central. Na falta de exemplos claros fornecidos por uma tradição estável e por uma história própria, precisou-se reinventar o saber prudencial através do uso abundante de metáforas. Embora as metáforas médicas, náuticas, e temporais façam parte da linguagem prudencial desde a Antiguidade, seu uso foi incrementado e transformado.

Capítulo II: A linguagem prudencial através dos usos da história.

Neste capítulo trataremos dos usos que os senadores fazem do saber histórico durante a discussão sobre a reforma constitucional, especialmente nos dias 28, 29 e 30 de março de 1832. Analisaremos como os paralelos entre as nações ocorreram, quais épocas eram resgatadas, como a prudência estava associada ao saber histórico e quais metáforas históricas foram utilizadas.

Entender os usos da história é primordial para entender a linguagem prudencial, pois agir prudencialmente era calcular as ações humanas com vistas às transformações da realidade em função da situação presente. Era preciso entender o que permanecia e o que se modificava, para compreender qual o melhor caminho a ser trilhado. Os exemplos históricos que serão abordados não estão restritos a um passado com grande distância cronológica, como os que falam da história Antiga ou Medieval. Abarcaremos também os exemplos da experiência histórica contemporânea ou atual. Acreditamos que, devido a concepção de história que partilhavam no momento, o presente já estava sendo visto como histórico. Os senadores enxergavam o papel histórico que suas figuras representavam, bem como o agir de outras nações. Para eles era significativo observar como as nações guiaram-se para alcançar aquilo que denominavam do mais alto “grau de civilidade”.

Destacamos a fala de Stephen H. Browne⁷⁶ que descreve a partir das cartas de Edmund Burke como o mesmo narra a crença de que conhecer a si mesmo como um ser na história é saber como agir no tempo. Isso não significa aplicar verdades difíceis a situações específicas, mas agir com o conhecimento das lições aprendidas. O raciocínio está presente nos tratados e cartas públicas de Edmund Burke, os quais mostram como as circunstâncias imediatas apresentam suas próprias demandas distintas. Podemos assim, estabelecer um diálogo entre os escritos de Burke e os discursos dos senadores durante a reforma constitucional. Percebemos as influências ao notarmos o posicionamento dos senadores quando

76 BROWNE, Stephen H. *Edmund Burke's Letter to the Sheriffs of Bristol and the Texture of Prudence*. In: *Prudence: classical virtue, postmodern practice*. Edited by: HARIMAN, Robert. Pennsylvania State University Press. 2003.

se trata sobre a cautela. Browne descreve como Burke passa uma lição em seus tratados políticos ao dizer que o governante que impõe pressa para expandir e fortalecer suas províncias, pode acabar estrangulando-as de modo que acabem por desintegrar-se. Agir com o conhecimento prudencial é imprescindível para salvar o corpo político, e, nesse momento, significava agir lentamente. Era preciso se posicionar diante daqueles que queriam tomar medidas precipitadas, pois estavam agindo fora do tempo, mesmo diante das lições oferecidas pela história.

Então, como agir quando se é confrontado pelo exercício imprudente de poder? É preciso confrontar a conduta daqueles que querem violar o conhecimento historicamente acumulado. Para Browne, a prudência financia uma obrigação retórica de resistir, de permanecer inabalável quando as mudanças são feitas de maneira brusca. Assim, a história fornece os exemplos, os conteúdos e a retórica fornece a forma, as estratégias, de como deve ser usado o conhecimento histórico.

Diante dos usos da história notamos que precisamos compreender como os senadores percebiam os acontecimentos contemporâneos a outros países. Eles entendiam que as ações de uma nação poderiam ser transpostas e servirem de exemplo, com algumas ressalvas, para outras. A marcha histórica de um país afetava a marcha de todos os outros. Vemos como um indício da modernidade o uso das experiências históricas contemporâneas globais. Há uma compreensão de que a contemporaneidade fornece exemplos universais e que todos vivem uma mesma marcha histórica, um “coletivo singular” de experiências históricas comuns, embora cada nação esteja em graus diferentes do processo. Isso evidencia uma postura cosmopolita da formação do espaço de experiências no sentido de que tudo o que ocorre em outras nações tem interesse direto nesse momento, especialmente em países periféricos. A facilidade de acesso a informação através da imprensa desde a vinda da família real foi imprescindível para que a modernidade alcançasse os senadores.

Sendo a modernidade uma característica recente naquele momento vemos como os senadores se dividem entre aqueles que são modernos e aqueles que estão mais à antiga. Entendemos essa característica como uma diferença geracional por

conta dos argumentos que os próprios senadores levantam, sendo refletida nos usos da história. Aqueles acusados de antigos como Cairu, Barbacena e Caravelas utilizavam-se dos exemplos que a história antiga tinha de uma maneira positiva. Isso significa que, ao tratar dos Romanos, por exemplo, enxergavam características que deveriam ser buscadas ao contrário de senadores como Alencar e Vergueiro, que viam esses como um exemplo a não ser seguido.

Alencar se colocava como um moderno e era o principal debatedor a taxar os outros senadores de antigos. Talvez por retórica ele entrasse no jogo e utilizava-se das formas de linguagem que estes possuíam com maior autoridade para legitimar seu ponto de vista. Interessante é notar que a história, nesse momento, era a principal cartada para se resolver conflitos. Na maior parte dos debates, aqueles com maior acirramento, onde a oposição de ideias estava difícil de ser contornada, fechava-se para votação logo após o argumento histórico ser posto. Mais interessante notar que, mesmo os senadores que eram contrários à proposta de reforma, quando o exemplo histórico era dado, ou mudavam de opinião ou até permaneciam com a mesma, mas não deixavam de ressaltar a importância que a história tem para tais soluções. Dessa forma, acreditamos que o uso histórico é visto como grande fator de sabedoria e retórica política.

A sabedoria advinha dos usos da história muito por conta dela ser associada ao agir prudencial. O senador virtuoso, sábio e prudente é aquele que conhece a história e age de acordo com ela. Por conta disso, Burke era visto com grande apressamento pelos senadores por esses acreditarem que ele ajudou seu país a não cair no caos da Revolução Francesa devido a interpretação que fez da história, como narra Cairu.⁷⁷ Cairu acredita que Burke é prudente, pois seus escritos políticos mostram que destruir um edifício não é sinal de habilidade. A experiência mostra que grandes alterações no edifício político só produzem mudança, mas não o melhoram e, ao contrário, causam perigo de ruína. Browne⁷⁸ mostra o que Burke compreende por agir prudencialmente na política. Para Burke, agir prudencialmente era basear-se no que era dado pelo momento histórico, é

77 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 8 de junho de 1832. p.283.

78 HARIMAN, Robert (ed.). Prudence: classical virtue, postmodern practice. Pennsylvania State University Press. 2003.

entender e fundamentar, literalmente, as evidências circunstanciais. Ou seja, é buscar exemplos históricos para compreender como o jogo das circunstâncias está sendo feito e determinar a melhor maneira de tomar decisões.

As circunstâncias presentes, para Burke, eram fruto de um acúmulo de experiências históricas que por si só geravam sabedoria. Para ele, as tradições, costumes e experiências históricas de um país formam o presente e justificam esse presente, de modo que as mudanças precisam se adequar a essa sabedoria que o próprio tempo produziu. Contudo, ressaltamos que Burke não tem uma concepção plenamente moderna de história, não há uma ideia clara de marcha progressista. Diante da mesma perspectiva de Burke, os senadores estão conduzindo os debates, principalmente por conta do momento de instabilidade em que vivem.

Assim, nada mais condizente com esse momento em que os próprios senadores narravam como inconstante e que a fragilidade da tradição está cada vez mais evidente, ter a prudência como guia. Os senadores acreditavam que por não estarem no mesmo “grau de civilidade” que as outras nações havia um “atraso” da tradição. A sensação de “atraso” da tradição era sentida por causa da diferença entre os governos. Aqueles que possuíam um governo representativo seriam os que estavam a frente e as nações que não, estavam para trás, atrasadas.

Dessa forma, os exemplos históricos eram resgatados em uma nação que não apresentava exemplos suficientes para guiar-se por conta própria. Era necessário planejar a ação e isso era possível quando se conhecia a história. Dentro de um mundo em que o espaço de experiência não é adequado e as experiências não são sólidas, busca-se as histórias contemporâneas, a história antiga, a história de todos os países em que a governabilidade é vista como estável e que pode ser estendida ao mundo. Como os senadores possuíam um espaço de experiência cambiante precisavam conhecer as outras nações. A experiência que poderia ser resgatada do passado colonial ou do passado de Portugal é negada por ter sido considerado um momento vergonhoso de quer se livrar.⁷⁹ Caiu, por

79 LYNCH, Christian E. C. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). Lua Nova, São Paulo, v.74, p.59-92, 2008.

exemplo, acredita que somente a providência divina e a prudência poderiam livrá-los de tanto mal.⁸⁰

A necessidade de apoiar-se na história era reconhecida pelos próprios senadores, que justificavam o uso dos exemplos devido ao “grau de civilidade” que possuíam os países a quem queriam resgatar a história política. O “grau de civilidade” é um conceito que a todo momento é resgatado como sendo o ponto final daquilo que se busca alcançar. Vemos que, diante da fala dos senadores, essa civilidade é o desenvolvimento que o progresso quer alcançar. Assim, por querer-se progredir ao ponto da civilidade desses Estados, era prudente basear-se em seus acontecimentos históricos, sendo esse um argumento tanto dos senadores a favor e dos contrários a reforma. Para Cairu, o projeto era contra a boa política, principalmente o artigo que dizia respeito a mudança da Regência, pois as potências da América e Europa já haviam enviado felicitações diplomáticas e corria-se o risco de não continuarem com as relações políticas e comerciais.

Contudo devemos ressaltar como o agir prudencial era mais complexo e reduzi-lo ao agir lentamente retira a complexidade da tradição. O saber prudencial se constituiu como um verdadeiro método de saber desde a Antiguidade e o mundo moderno pareceu transformá-lo, demonstrando isso através de sua redução à ideia de medo e cautela. O marquês de Barbacena é um dos senadores que se destaca no uso da linguagem prudencial. É interessante notar como seu entendimento apresenta nuances, pois o mesmo não traz agir prudencialmente e se arriscar como opostos.

Nada parece mais prudente, e mais arriscado, do que emprender a reforma da Lei Fundamental do Império, quando todas as ambições estão excitadas e **quando immoderado desejo de inovação, e movimento parece ter infectado grande parte dos habitantes do Brasil**. Uma discussão de tamanha importância exige profunda meditação, sangue frio e propósito firme de atender ao bem geral do Império, sem nenhuma predileção por cousas, ou pessoas.⁸¹

Vemos que para Barbacena a boa política prudencial é aquela em que o legislador se arrisca, se lança, inclusive antes do problema aparecer. Está

80 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 29 de maio de 1832. p. 169.

81 *Ibidem*. p.140.

associada ao seu papel enquanto legislador prudente. Quando este afirma que a infecção afetou parte dos habitantes do Brasil e que devido a isso é necessário meditação e sangue frio, vemos que este acredita que lançar-se no momento certo é o correto. Arriscar-se então não significa ser imprudente, mas sim ser aquele que de fato utiliza-se da história, para entender as circunstanciais e usar a melhor verdade para agir. Esse é um raciocínio tão latente para Barbacena que o senador mesmo acreditando não ser esse o momento adequado, mas diante do clamor da população e diante do medo de perder o melhor tempo de agir, vota para que a reforma seja feita. O mesmo afirma que:

No Planeta que habitamos poucas vezes temos escolha de bens, que se offereçam; quasi sempre a prudencia, e saber humano se emprega em discernir os males, e submeter-se ao menor. Tal é a nossa presente situação: de conceder, ou negar a reforma, as consequencias são mui differentes. Negando póde resultar uma revolução, que talvez nos deixe sem Constituição e sem Imperio. Concedendo, também podem resultar alguns males, mas todos remediaveis, ou que possam ser prevenidos no período de dous annos, em que se deve discutir o Projecto. Talvez neste espaço de tempo, achando-se, como é de esperar do bom senso brasileiro, e sobretudo da Misericordia Divina acalmadas as paixões, e restabelecida a tranquillidade e ordem em todos os pontos do Imperio, talvez, eu digo, a reforma seja util e justa como todos desejamos.⁸²

Esse trecho apresenta mais uma interpretação daquilo que Barbacena entende como agir prudencial, pois ele acredita que todas as decisões poderão ser ruins, mas que diante da que pode ser um pouco menos ruim, ele a escolhe. A revolução é algo terrível para os senadores que acreditam no agir cauteloso e prudencial, diante do exemplo francês e do medo de uma guerra civil, tal qual ocorreu no país europeu e que tinha um grau de civilidade maior do que o brasileiro. Cair na anarquia seria lastimável. O oposto à cautela e à prudência é a anarquia, pois com ela todas as facções e paixões eram despertadas, trazendo instabilidade, infectando todo o corpo político.

Assim, analisaremos os usos dos exemplos oriundos das experiências históricas da Inglaterra, França, Estados Unidos, Grécia, Roma e do próprio Brasil. Quais momentos históricos foram destacados e por quais senadores.

82 *Ibidem*.

2.1 – Inglaterra e a permanência da tradição

A nação inglesa foi a primeira a possuir uma constituição representativa, que tinha como prerrogativa que somente as pessoas com propriedade possuíam direito de representação no Parlamento. Contudo, nas três primeiras décadas do século XIX ela passou por um ciclo de transformações demográficas devido a Revolução Industrial fazendo emergir uma nova classe social que reivindicava mais representação. Essa falta de representação já era discutida a três décadas, porém contava com grande resistência de ser aprovada. Somente em 1832 a Reforma Eleitoral foi aprovada, trazendo, finalmente, representação para o Parlamento. Assim, passava-se a eleger um primeiro ministro e o monarca continuava representando a nação, porém sem funções executivas. Diante disso, os senadores reconhecem a Inglaterra como uma das grandes nações mestras nos governos representativos. A aristocracia composta por aqueles que possuíam cargos públicos era vista como possuidora de grandes talentos e virtudes. Já a aristocracia feudal era mal vista, pois só havia tal posição por ser hereditária ou por possuir riquezas, muitas das vezes sendo mal adquirida⁸³. Enaltecia-se a moralidade e os bons costumes que seu povo e governo possuíam e como eles levaram suas instituições a serem livres.

Diante da indecisão sobre qual era o melhor sistema governamental a ser escolhido para o Brasil, o sistema inglês atraía muitos admiradores. Os que defendiam seus princípios eram principalmente senadores que estavam há muito no governo. A Inglaterra foi muito citada durante o debate a respeito da reforma do artigo que previa a retirada do Poder Moderador. Usava-se o argumento de que, apesar de ter um parlamento que a governasse, possuía o Rei ou a Rainha para que os iluminasse⁸⁴. Entendemos que a tradição era mantida na figura do Rei, que não poderia ser desprezada, uma vez que tantos monarcas ofertaram suas vidas para a governabilidade inglesa.

83 Trevelyan, G. M. *British History in the Nineteenth Century and After (1782–1901)*. London: Longmans, Green, and Co, 1922.

84 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 29 de maio de 1832. p.168.

A tradição do poder é muito forte nesse período; por mais que se buscasse uma nova forma de governo, ela não significaria o enfraquecimento da figura do Imperador. Alencar, mesmo criticando o uso das tradições, tinha como principal exemplo de governabilidade a Inglaterra, monarquia parlamentar que mantinha as tradições através dos tempos. Ele acreditava que os ingleses sabiam não ser prudente renunciar a um governo tão antigo e forte. A Inglaterra, para o senador, era uma das nações mais felizes na marcha política exatamente por ampliar suas instituições no ponto em que as necessidades públicas exigiam.⁸⁵ Alencar a considerava uma “nação mestra no sistema representativo”⁸⁶, por fazer com que o mundo conhecesse a verdade a respeito da melhor representação dos povos. Contudo, para ele, a nação brasileira teria uma virtude maior: possuía uma constituição mais ampla e, assim, poder-se-ia organizar um sistema de governo apropriado às províncias. A seu ver, o projeto de reforma era providencial, um ensaio pela nação, sem correr, deveria chegar aos destinos que o futuro preparava.⁸⁷ Como podemos notar, o fato de Alencar acreditar que o providencialismo da reforma os levaria “aos destinos que o futuro preparava”⁸⁸, mostra o uso do conceito de providência em uma linguagem moderna. Acreditava-se na Idade Média, que o providencialismo era o que conduzia os acontecimentos históricos. Na modernidade, a intervenção divina é além de construtora, organizadora do processo histórico, n prevalecia um Governo de Deus. Portanto, a reforma constitucional além de uma intervenção era o que conduziria a uma nova forma de nação.⁸⁹ Mas, mesmo com esse caráter providencial, não se poderia deixar de lado a razão.

Contudo, nos debates sobre a reforma da constituição fala-se muito sobre como uma “nação mestra” como a britânica não tem uma constituição inviolável.

85 PEREIRA, Luisa Rauter. "Ao ponto que as necessidades públicas exigem": experiência política e reconfiguração do tempo no debate político brasileiro da década de 1830. *Almanack*. 2015, n.10, p.302-313.

86 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 23 de maio de 1832. p.114.

87 *Ibidem*.

88 *Ibidem*.

89 ROSA, Giorgio de Lacerda. A Suprema Causa Motora: O providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. 2011.

Cairu reflete sobre como a Inglaterra tem a primeira Constituição livre da Europa, mas por ela ter sido organizada no tempo do governo feudal e extorquida pelos Barões do Reino do Rei João, deve se reformá-la.⁹⁰ Nessa constituição acrescentou-se garantias de que fossem feitos estatutos mais liberais e mesmo assim ela não ficara perfeita. Cairu, em uma referência clara aos escritos de Burke, não deixa de falar sobre como esse foi um governo que começou pequeno e que precisou de largo tempo para se tornar sólido e apresentar sabedoria política.

E que era a Inglaterra nos seculos da Heptarchia com Estados fracos e federados, mais ou menos tempo em contínuas reciprocas guerras? Nada. Que era na época das hostilidades interminaveis das suas maiores Casas de Yorck e Lancaster? Nada. Que era antes da união e incorporação da Escocia e Irlanda á Grã-Bretanha? Quasi comparativa. Nada. Depois de ser um compacto Corpo Político sabe-se a preponderancia do Governo inglez no Theatro Político.⁹¹

Ressaltar, assim como Cairu fez, que a Inglaterra só se tornou um nação sólida após muitos acordos e após longos anos, servia de exemplo para mostrar como o Brasil ainda tinha muito a percorrer e aprender em termos de sistema governamental. O que Cairu e os outros senadores mais criticavam a respeito da governabilidade inglesa, porém, é o fato de, por muitas décadas, ter ficado estacionária no desenvolvimento de suas representações políticas.⁹² Os ingleses viam a necessidade de reforma, seu povo clamava por isso, mas os legisladores não faziam o que a nação estava pedindo. Os legisladores brasileiros contrários à reforma usavam a Inglaterra como base para afirmar que os legisladores ingleses possuíam muita prudência e virtude e mesmo assim não quiseram adiantar-se nas reformas para entender qual a melhor maneira dela ser realizada.

Desde 1779, que se tem tratado da reforma Parlamentar em Inglaterra com grande energia e assiduidade; foram os seus maiores defensores Grey e Pitt, mas este logo que a Revolução Franceza obteve algum partido na Grã-Bretanha se opôz firmemente; não porque a julgasse desnecessaria, ou pouco util; mas porque o tempo não era próprio, e por uma maioria, como nunca apparecera, foi rejeitada na Camara dos Communs essa reforma. Assim

90 *Ibidem.* p. 169.

91 *Ibidem.*

92 *Ibidem.*

julgaram consummados politicos, que o exigia a prudencia em materia menos ponderosa, do que a nossa, e em circunstancias mais favoraveis para a Inglaterra, do que para o Brasil, onde os partidos já não se disfarçam, e tem-se até apresentado em campo, com as armas na mão.⁹³

A Inglaterra possuía circunstâncias mais favoráveis por conta de ter uma história que podia ser usada como exemplo, por ter um povo já letrado em política e por não ter “partidos” como o caso brasileiro. O dicionário Moraes na sua edição de 1789 apresenta a seguinte definição para partido: “Partido. f.m. parcialidades, partes, bando, facção v.g. lançou-se ao partido dos hereges; fazer em seu partido, i.e., ser-lhe útil e favorável”⁹⁴. Ivo Coser no verbete “Partido” publicado no *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* traz a seguinte definição: “uma ação conduzida por uma parte do todo, deveria permanecer unido; sendo seus motivos pouco dignos, essa ação era conduzida de maneira velada do público”⁹⁵. Ou seja, de acordo com a linguagem política da época, acreditava-se que ter partidos era algo que poderia acabar com a unificação da Nação por terem pessoas que buscavam objetivos próprios e não o bem de todos.

Caravellas continua sua fala usando a metáfora “em tempos de chuva não se concerta telhado”⁹⁶, o que nos traz novamente a imagem da água denotando as circunstâncias históricas instáveis. O senador acredita que as Constituições formam os Povos, mas é preciso bom tempo para colher esse precioso fruto. As Constituições não são um talismã e o que constrói uma “nação mestra” é a força da educação e dos hábitos.⁹⁷ Há sempre resistência daqueles que ainda estão dominados pelas paixões, mas que após largo tempo vence essa batalha.⁹⁸ Já os legisladores favoráveis a reforma brasileira usavam esse argumento como exemplo para ressaltar como os legisladores ingleses não agiram no tempo certo e

93 *Ibidem*. p. 176.

94 SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

95 COSER, Ivo. “Partido.” In: SEBASTIÁN, Javier Fernández Sebastián (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014 tomo II, en 10 vols. p.57.

96 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 29 de maio de 1832. p. 176.

97 *Ibidem*.

98 *Ibidem*.

como deixaram seu povo a mercê de seus próprios interesses, sendo essa a principal característica do mal legislador.

Devemos ressaltar que o que permeia os exemplos da história da Inglaterra são as grandes discordâncias a respeito dessa ser uma Nação a ser seguida ou não. O senador Borges destaca em sua fala o fato da Inglaterra ter sido uma nação que se curvou diante de leis feudais e que devido a isso passou por um período de grande instabilidade e de sanguinários momentos.

Não cançam de exhibir-nos para norma de conducta, sob o magestoso aparato de esclarecida e inimitavel a Nação Ingleza. Clama-se, que deixemos a perniciosa leitura dos **Livros Inglezes**, e que só nos entreguemos á dos Inglezes, únicos Mestres em Política e moralidade. Confronte porém o nobre Senador que assim aconselha, despido de prejuizos e de predilecções a Historia da Grã-Bretanha com a Historia da França; e fazendo abstracção das sedcções, e perturbações que tiveram lugar por causa da Carta no tempo de Henrique III, diga se esta offerece algum quadro tão horroroso como a guerra civil das duas Rosas, alimentada longos annos pela animosidade das duas facções de Yorck e de Lancastre; diga se ha nada mais horrivel, do que os tormentosos tempos do infeliz Carlos I e Jacques II, este derrubado do Throno e aquelle decapitado no Cadafalso; diga se encontra dias mais atrozes e sanguinarios, que os do Reinado de Izabel, mais atrozes e sanguinarios que os do Reinado de Eduardo II, do Successor de Henrique VI, de Henrique VIII, etc. Queira o nobre Senador observar essa Nação turbulenta, ora curvada ao jugo das Leis Feudaes, de substituições e de primogenituras, ora arremessando-se nos braços de um Soldado, e satisfeira de encontrar nelle um Protector, que a dominasse, e diga então se poderá justificar-se a preferencia, que lhe quer dar não só sobre a França, mas sobre todas as Nações. Acredite o nobre Senador, que essas mesmas Instituições, de que alardeia hoje a Inglaterra, não passam da sua Carta. Bill. Habeas-Corpus e Jurados; e se nos remontarmos á sua origem veremos, que todas essas quatro peças foram conquistadas pela força e escriptas com a ponta de espadas tinta de sangue. É preciso portanto, não tratar com desprezo a tudo que não fôr a Grã-Bretanha.⁹⁹

Acredito que onde se lê “livros ingleses” deveria estar livros franceses, pois o senador trata com ironia e como está bastante exaltado, pode ter falado rapidamente ou ainda, ser um erro do taquígrafo. O que devemos destacar nessa fala é como o senador Borges está claramente alterado por conta da preferência de alguns senadores pela história e legislação inglesa. O senador mostra exaustivamente como a Inglaterra não possui uma história virtuosa e mostra que a

⁹⁹ *Ibidem*. p. 177.

história francesa, que é vista por alguns com maus olhos, não é tão perniciosa como a britânica. Não sendo favorável a exemplaridade inglesa, Alencar complementa a fala de Borges ressaltando que ela pode ser considerada uma Nação mestra, mas que o Brasil fez mais progressos em quatro anos que ela em quatro séculos do mesmo sistema. O senador ainda faz uma comparação entre as duas nações:

De certo, o Brasil, em 1830, estava mais avançado no Governo Constitucional do que a Inglaterra em 1680, isto é, 4 seculos depois da Grande Carta. O mesmo 7 de Abril nada é senão um effeito necessario do desenvolvimento do Systema Representativo. Nesse Grande dia se descobrio uma verdade essencial a esta fôrma de Governo, quero dizer, que o systema de escolher Ministros pela affeição particular do Monarcha, é incompativel com o Governo Representativo: os escolhidos do Povo, que por seus talentos e virtudes adquirirem a maioria das Camaras em favor de seus actos, são os únicos capazes de ter a gerencia dos Negocios do Estado.¹⁰⁰

Apesar de contrário a ela, Alencar resalta o fato da constituição da Inglaterra ter sido modificada para que abrangesse o povo que antes estava excluído, reforçando como a proposta da reforma brasileira é tão necessária. A exemplificação de Alencar vem como alerta para que a reforma seja executada, pois este era o tempo certo. Uma vez que fosse adiada, poderiam demorar-se quatro séculos, assim como a Inglaterra, para que semelhante alteração fosse realizada. Esse é um exemplo que carrega o princípio prudente em sua estrutura, pois de acordo com o momento visualizado por Alencar aquele era o tempo oportuno. Da mesma forma, não agir, como nos mostra Caravelas, por acreditar que aquele não é o melhor momento, também é um agir prudencial. É interessante destacar esses exemplos afim de enxergarmos como o agir prudencial não se resume a ser a favor ou contrário a reforma. Diante do princípio de instabilidade política, assim como a Inglaterra passou, principalmente quando William Pitt, então primeiro ministro, deixa de realizar a reforma por conta de seu medo a respeito das consequências que a Revolução Francesa poderia trazer, os senadores do Brasil precisam ter prudência e analisar as circunstâncias.

100 *Ibidem*.

2.2 – A nação da inovação

Nos debates que analisamos de 1832 os Estados Unidos tem protagonismo em dois momentos: o que fala sobre a implementação do federalismo e sobre como sua Constituição permanece a mesma desde sua criação.

A Constituição dos Estados Unidos foi fundada em 17 de setembro de 1787. Os estadunidenses, ou como são denominados a época, os Americanos Ingleses, são espelho para a federalização, pois demonstram que apesar das províncias terem autonomia, o governo central possui soberania. A federalização foi amplamente discutida durante a reforma constitucional e paralelamente na reforma do Código do Processo Criminal. Por medo de que houvesse separação dos estados, os que eram contrários a esse princípio ressaltavam o caráter independente que cada estado passaria a ter, destacando que seria desnecessário um governo central¹⁰¹. Perder-se-ia a unificação, gerando vários estados independentes que não teriam mais interesses em comum. A autonomia provincial era especialmente mal vista por conta da associação que se fazia com o federalismo. Argumentavam-se contrários a federação por esse ser um sistema de governo muito diferente do monárquico.¹⁰² Havia o medo de que a mudança brusca revelasse o pior que havia no povo brasileiro, pois, se esse não sabia como viver num país com tal governabilidade, como eles poderiam tornar-se mais instruídos e continuassem a crescer junto com a nação?¹⁰³

O senador Gomide, no dia 28 de maio, resalta alguns pontos sobre a diferença entre os Estados Unidos e o Brasil.¹⁰⁴ O primeiro ponto é a respeito da constituição dos Povos e da criação de colônias. Os Estados Unidos eram formados predominantemente com o povo de um só país, o que facilitaria durante as decisões políticas a serem tomadas. Mesmo havendo pessoas de outras nações, que haviam imigrado por conta das guerras na Europa e das perseguições religiosas, estes formaram colônias com estatutos e constituições próprias, não rivalizando com os povos de outras nações. O que levou as colônias de diversos

101 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 29 de maio de 1832. p. 136

102 *Ibidem*.

103 *Ibidem*.

104 *Ibidem*.

grupos a se unirem foi a luta para repelir o despotismo do parlamento da Inglaterra, fazendo com que enxergassem que ao permanecerem unidos podiam lutar por sua defesa comum¹⁰⁵. Assim, foi instituído como a natureza desse governo possuir pactos orgânicos, onde a Soberania e a Independência de cada Estado eram celebradas.¹⁰⁶ O que leva a um ponto essencialmente diferente entre os brasileiros e os norte-americanos: previa-se desde o início da constituição, que ela não poderia sofrer alterações em sua base para que seu princípio federativo não fosse alterado.

O senador, ao tratar dos defensores de tal sistema governamental trata-os como “defensores da inovação”¹⁰⁷, pois acreditava na modernização que o princípio federal estabelecia. Ainda, a independência da metrópole em seu começo era vista como um bem que possibilitou seu desenvolvimento. Gomide aponta que o governo estadunidense possuía grandes inovações, porém o Brasil possuía superioridade frente as luzes. Apesar disso, sua superioridade não bastaria para constituir um governo forte.

Admitto o paralelo e ainda concederei a nossa superioridade; mas não bastam luzes para reger Estados; é necessário costumes, virtudes, patriotismo verdadeiro e não visionario, muito espirito de ordem e a grande arte de dirigir e conduzir as paixões.¹⁰⁸

Gomide argumenta sobre como a construção do povo brasileiro ainda era necessário, pois o que se via era um povo sem costumes, sem tradição, sem experiência. Para o senador era marcante o fato do Brasil não contar com grandes pensadores como Locke que era um “genio transcendente”; Washington “com seu patriotismo, seu bom senso” que conduziu e sustentou a nação e quem primeiro a administrou; além de Condorcet que “tinha muitas luzes” e o Abbade Sleyes.¹⁰⁹ Apesar de não serem todos pensadores estadunidenses o senador quer mostrar que pensa-se diferente no Brasil, logo, adotar esta forma de governo é ignorar todas as

105 *Ibidem*.

106 *Ibidem*.

107 *Ibidem*. p.151.

108 *Ibidem*.

109 *Ibidem*.

particularidades que aqui se apresentam, mesmo que se adapte, em alguma medida, o sistema governamental.

Serão nossos costumes, nossas inclinações, nossas virtudes, nossos vícios, nossa posição, nosso habitos, os mesmos que os dos Americanos do Norte, criados com Constituições liberaes? Nós saímos de uma monarchia absoluta, o Governo mais analogo é a Monarchia Constitucional Representativa, assim como deste a Democracia; **os Americanos Inglezes não deram salto, seguiram a escala, e nós em diferentes circumstancias queremos collocar-nos no mesmo paralelo.** Estas applicações de Povos a Povos, ainda que dissemelhantes, são talimans com que se pretende adormentar nossa crença e futuras esperanças.¹¹⁰

Gomide salienta novamente o fato de que a experiência do país não condiz perfeitamente com a experiência do Brasil. O senador enfatiza o fato de os americanos do Norte não terem “saltado” o tempo e terem seguido a escala dos acontecimentos. Diante disso, vemos que o senador está preocupado em não deixar de respeitar o curso que as circunstanciais de seu próprio país apresenta. Por mais que a experiência de outros países esteja disponível e enxergue-se nela uma possibilidade de caminho, não se trata de uma autoridade absoluta. É preciso adotar o exemplo e então refletir sobre a melhor maneira de aplicá-lo ao caso, aos costumes, às virtudes, aos vícios e hábitos do próprio país.

Alencar, diante desse posicionamento, destaca que quando uma nação esta feliz com sua estrada ela deve continuar a segui-la, o que gera um desenvolvimento pratico e proveitoso de suas instituições. Abandonar esse caminho significaria entrar num espesso labirinto de teorias abstratas de formas de governo que, são mais ou menos engenhosas e quase sempre são estéreis em “felizes resultados” ou bens verdadeiramente reais.¹¹¹ O senador acentua o papel de Benjamin Franklin quando da adoção do princípio federal. Esse reconhecia alguns defeitos que essa nova constituição poderia ter, mas, ainda sim, acreditava que aquela era a melhor forma de governo para os Estados Unidos e que ela produziria felicidade por muitos anos à aquela nação.¹¹² O que mais importava para Alencar, motivando-o a ser o grande defensor da reforma nesse momento, era

110 *Ibidem.* p. 152.

111 *Ibidem.* p.163.

112 *Ibidem.*

a possibilidade de trazer o Brasil para o caminho da civilização. Entrar na marcha do progresso e aumentar o “grau de civilização” no Brasil era imprescindível e era aquilo que mais se buscava com as reformas. No entanto o senador destaca:

De facto, Sr. Presidente, essa Constituição com todos os seus defeitos foi jurada, e ella tem produzido até o presente a felicidade daquella Nação sisusa, que a tem conservado por mais de 50 annos. Eu creio tambem que a Constituição Brasileira tem defeitos, mas que mesmo com elles, ella será capaz de nos pôr no **caminho da civilização, e conduzir-nos gradualmente a futuros felizes e risonhos destinos**, dando-se-lhe o desenvolvimento que ella exige, e que ainda não tem tido.¹¹³

Cairu, porém, é contrário ao princípio federal por conta da possibilidade de separação das províncias. O mesmo ressalta ter lido na “Historia do Brasil” de Roberto Southey que o historiador britânico vê que estão diante do Brasil belos projetos de melhoramento por conta da transferência da corte de Portugal para o Rio de Janeiro se “escaparem da praga da revolução”¹¹⁴. Caso sobrevivesse o princípio federal, eles precipitariam na anarquia e hostilidades e séculos se passariam até que se torne um próspero estado. Para Cairu, já está na “carreira das revoluções”¹¹⁵, mas pode-se salvar o Brasil de maior tormenta caso “abraçarmos com a sagrada ancora da nossa Constituição”¹¹⁶. Adotar o princípio federal é correr o risco de aprovar a desunião das Províncias

arriscando-se aos horridos males das ex-colonias da Hespanha na America, e a independencia dos intitulados Estados Unidos das ex-colonias da Inglaterra, que têm suas constituições privativas, confederadas para defensão commum, e só com certas condições em objectos legislativos e financiaes sujeitos ao Congresso de Washington.¹¹⁷

O senador continua dizendo que, adotar a federação é o expediente dos Estados fracos e que os Estados Unidos só adotaram esse sistema para ir contra sua Metrópole, pois eles temiam a força irresistível do Governo contra se

113 *Ibidem*.

114 *Ibidem*. p.166.

115 *Ibidem*.

116 *Ibidem*.

117 *Ibidem*. p.167.

insurgiram¹¹⁸. Ainda, o sistema federal não foi adotado rapidamente e sim depois de muitos anos devido à vitória auxiliada por grandes potências. Cairu diz ter sido necessário “muita repugnância e contestação, como expõe o Historiador moderno Holmes¹¹⁹, nos Annaes dos daquelles Estados”.¹²⁰ O senador não deixa de destacar a superioridade da constituição brasileira, por essa não contar com o princípio federal e não ter sido criada com base no feudalismo, como a Inglesa.

A principal diferença entre os Estados Unidos e o Brasil consistia, para Vergueiro, que no Brasil não existia uma aristocracia forte e que não possuí-la era a causa do maior numero de males que pesava na Nação brasileira e em todas as outras.¹²¹ Barbacena, porém, discorda de seu posicionamento. Para o senador todas as sociedades possuíam aristocracias advindas da riqueza, dos talentos e virtudes, e a única aristocracia ruim era a feudal. O problema da aristocracia brasileira seria solucionada caso permanecesse com o Senado vitalício, mas essa era uma das reformas que se pretendia fazer na Constituição.¹²² A superioridade brasileira é também vista por Barbacena na forma como a aristocracia brasileira se porta diante de “pessoas de cor”. Sendo a convivências harmônica entre as raças uma das principais circunstâncias para a nação brasileira dar certo.

Nos Estados Unidos mesmo existe aristocracia, e nenhuma ha talvez mais altiva e exigente. Qual de nós deixou de receber em sua casa e mesa um homem de merecimento só por ter differente côr? Nos Estados Unidos não tem assento juntos aos brancos, nem ainda nas estalagens e carruagens de aluguel. Não pode haver sociedade sem aristocracia, porque é consequencia da aquisição lícita de uma ou muitas superioridades. Os talentos, virtudes e riquezas, dando infallível superioridade, constituem a aristocracia, que é o melhor penhor da ordem publica. A proposição do meu nobre amigo, torno, pois, a dizer, nem foi exacta, nem é justa. Não temos morgados; não temos privilegios de pessoas; todos são de empregos; todos merecem respeito e não a censura publica.¹²³

Mesmo com todas essas diferenças, os Estados Unidos eram exaltados por manterem uma Constituição intacta por tantas décadas, legando a eles um

118 *Ibidem*.

119 Infelizmente não conseguimos localizar o autor de que trata Cairu.

120 *Ibidem*. p.162

121 *Ibidem*.

122 *Ibidem*.

123 *Ibidem*.

prestígio quase sagrado. Para Raymond Aron, a instabilidade constitucional era vista nesse época como uma doença, como já argumentamos no primeiro capítulo ao analisarmos as metáforas sobre o corpo. O que se admira na permanência da Constituição é que a sociedade estadunidense continuou nos rumos do progresso e em rápida transformação. “O progresso econômico e a mistura social se inseriram, sem abalar o país, no âmbito de uma estrutura constitucional.”¹²⁴ A mudança na Constituição era vista com temor por essa gerar uma instabilidade que poderia tirar a nação dos rumos do progresso.

A metáfora da estrada, do caminho seguro a ser seguido, é despertada principalmente pela exemplaridade estadunidense. Era preciso seguir o caminho do progresso, da marcha da civilidade, para que não caísse em labirintos de teorias abstratas. O medo do desvio, do caminho obscuro, é que ele levasse a revolução, a anarquia, desviando a nação de sua rota. A metáfora espacial da estrada é aplicável por insinuar que espera-se chegar a algum lugar, um objetivo. A civilidade é o ponto de chegada dos senadores brasileiros, é alcançar o progresso e permanecer sempre em sua busca. A cada ano a forma que o progresso possui muda e torna-se necessário adaptar-se, pois ficar estacionário não é a característica de uma nação prudente. As modificações que um país precisa realizar são medidas preventivas, cautelares. Dessa forma, vemos a metáfora da estrada como uma metáfora prudencial. A adaptação às circunstâncias e ao tempo são as melhores características que uma noção jovem pode ter, principalmente se aliada a razão.

2.3 – Os revolucionários franceses

A França, no período em que estudamos, havia passado por um governo absolutista com Carlos X. Durante seu reinado a aristocracia francesa possuía pleno comando e estava muito ligada ao direito natural e o direito consuetudinário, pois majoritariamente descendiam desses costumes. Em 1830, contudo, após três dias de intensas lutas por parte dos civis, ele é exilado. Dessa forma, é elevado ao trono o rei Luis Filipe de Orleans, ou como foi chamado “o rei burguês” que reina pelos dezoito anos seguintes. Durante seu governo os

124 ARON, Raymond. O ópio dos intelectuais. São Paulo: Três Estrelas, 2016. p. 42.

burgueses, especialmente os ligados aos bancos e que possuíam capital financeiro, conseguiram erguer-se e passaram a ter plena supremacia política e econômica. Contudo, em 1832 a França passa a contar novamente com um governo Bourbon, sendo que um dos motivos que levaram a sociedade francesa à revolução foi o longo governo absolutista e as dispendiosas despesas geradas pelas guerras constantes em que a França estava envolvida. Os privilégios feudais que envolviam a monarquia e o sistema tributário que isentava a nobreza e o clero, atingindo assim o povo, foi potencializado devido à pobreza que afetava a população.¹²⁵

Mas ao tratarem de comparações com os franceses os senadores não se referiam ao presente que viviam. A exemplaridade francesa era resgatada em outro período, o da Revolução Francesa de 1789. Os senadores acreditavam que 1832 no Brasil era semelhante aos tempos turbulentos vividos em 1789 na França.¹²⁶ Eles tinham receio que os mesmo perigos que acometeram a França pudessem acontecer no Brasil. Dessa forma, as referências a esse momento são como lembretes de que é necessário agir prudencialmente, pois havia necessidade de cautela para que os erros cometidos pelos revolucionários não atingissem o Brasil.

Usar o exemplo da Revolução Francesa e comparar-se a ela não quer dizer que se buscasse uma mudança brusca ou a anarquia que foi gerada posteriormente. Como ressalta Raymond Aron, acreditar no mito revolucionário não era apoiar a mudança brusca que ela causou e sim apoiar o sistema de valores que os reformistas também esperavam como resultado: “uma sociedade pacífica, liberal, adequada à razão”¹²⁷. A anarquia seria o contra ponto da prudência, pois com ela perde-se a tradição, perde-se a história, perdem-se os exemplos e perdem-se os elementos que constituem uma nação. Nenhuma mudança que rompesse totalmente com as instituições poderia ser positiva.

Assim, ser contra o princípio federal e a favor da manutenção do poder moderador era ser contra à quebra de uma tradição, à mudança profunda em sua carta magna, em suas instituições, o que nos leva a uma reflexão: como a nação

125 AZEVEDO, José Eduardo. Introdução às ciências sociais. São Paulo:Évora, 2017. p.70.

126 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 28 de maio de 1832. p.114.

127 ARON, Raymond. O ópio dos intelectuais. São Paulo: Três Estrelas, 2016. p. 42

permanecerá a mesma se as suas estruturas foram todas modificadas? Vemos esse questionamento nos exemplos franceses, pois apesar de considerada uma nação mestra esse é um período que é visto como anárquico, caótico, turbulento, nas palavras dos senadores. A experiência negativa produz na linguagem conceitos capazes de abarcar aquilo que deve-se evitar e vigiar. Rodrigues de Carvalho ao falar sobre como a federação era um mal caminho por conta dos efeitos que poderia produzir na França diz:

O exemplo será perigoso, e não será fóra de proposito trazer á memoria os dias convulsivos da França revolucionaria.

Essa associação Federal, a precipitação de produzir em tempos calamitosos deram nascimento a essas idéas, que se communicaram ás Provincias, e o effeito lá se reproduzio.¹²⁸

O senador não trata toda a história da França como negativa, mas sim os “dias convulsivos”, porém, acrescenta uma característica negativa ao país: o de ser revolucionário. Ser revolucionário é não agir cautelosamente, é trazer perturbações ao cotidiano e não deixar o país seguir na marcha da civilidade. A revolução, para os senadores, deixa provas de que o espírito humano apresenta grande volubilidade e ela pode ser destrutiva.¹²⁹ Apesar de todo o medo da revolução e da anarquia que a França despertou no século XIX, Rodrigues de Carvalho pondera que o país se reergueu e passou a ter a almejada governabilidade com o rei Luis Filipe.

Os senadores que eram contrários ao exemplo francês não deixavam de destacar, contudo, que esse foi um período convulsivo e de caracterizar os franceses como ímpio e imorais. Vergueiro, apesar de toda a exemplaridade negativa, acredita que tais acusações a respeito do povo francês não fazem jus ao nobre caráter que possuem, discordando assim do posicionamento que Rodrigues de Carvalho apresenta em sua fala:

Traçou o nobre Senador um quadro, o mais triste e degradante do Brazil; aproveitando esta occasião para deprimir tambem a França, afim de engrandecer a Inglaterra. A Nação Franceza, disse elle, é impia, é immoral; os seus escriptos propagam tudo quanto ha de pessimo; e nós

128 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 28 de maio de 1832. p.153.

129 *Ibidem*. p.145.

somos seus discipulos, ou antes victimas cegas de suas infernaes doutrinas, assim como succede com grande parte da Europa. Revolta ver, que se argue por semelhante maneira uma Nação, que no meio de seus barulhos tem apresentado tão grandes homens e tantas virtudes sociaes. Ella não é immoral, nem o Brazil tambem merece que o infamen com esse labéo, como fez o illustre Senador, apostrophando-o ainda mais com o epitheto de ignorante.¹³⁰

Como Vergueiro diz, Rodrigues de Carvalho acusa os seguidores da Nação Francesa de ímpios, imorais e “vítimas cegas de infernais doutrinas”. Outro motivo de ressalva ao adotar a França como exemplo é a inclusão do elemento democrático que sua constituição apresenta. Vergueiro continua argumentando que Barbacena acusa as reformas de serem nocivas, pois admiti-las era aceitar uma República Democrática, um *sanscollutismo nivelador*, e que seria o pior defeito ter uma Constituição com o elemento Democrático.¹³¹ Vergueiro aponta que os senadores acreditam ser ruim passar de uma monarquia para uma democracia, mas questiona se, no século em que vivem, poderia a Constituição do Brasil não apresentar o elemento democrático.

A “República Democrática” nesse momento é vista como uma inimiga a ser combatida, como ressalta Lynch em seu verbete “Democracia” para o *Diccionario Político y social del mundo Iberoamericano*¹³². Lynch nos traz a definição apresentada pelo Dicionário Bluteau de 1712, define a democracia como “um governo político, diretamente oposto à monarquia, porque é popular, e nele a eleição dos magistrados depende do sufrágio do povo”¹³³. Lynch acredita que essa definição permanece entre 1770 e 1792 e a partir de 1792 o conceito está associado aos “abomináveis princípios franceses”¹³⁴ que eram republicanos, democráticos e igualitários. Porém, acreditamos que as duas formas são

130 *Ibidem*. p.159.

131 *Ibidem*.

132 SEBASTIÁN, Javier Fernández Sebastián (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014, tomo II, en 10 vols.

133 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

134 LYNCH, Christian. “Democracia”. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández Sebastián (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales – Universidad del País Vasco, 2014, tomo II, en 10 vols. p.54.

complementares e que suas compreensões permanecem nos debates da reforma constitucional. Há o temor da adoção do princípio democrático por este dar a ideia de ir contra o Imperador. A Revolução Francesa exemplifica como é ruim deixar de lado a tradição reinante, podendo gerar caos e anarquia.

Os letrados exaltados, como os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, defendiam a república por acreditarem que os reis são tiranos e opressores.¹³⁵ Defendiam que os princípios franceses eram bons por promover a igualdade entre os homens e somente quando chegassem ao Brasil o governo ficaria em ordem. Porém, devido as várias ações exaltadas, sedições, motins e revoltas, onde homens brancos pobres, mulatos e escravos pregavam a instauração de uma república niveladora, as elites deixaram de lado os princípios democráticos. Ter um governo que pregava a igualdade entre os ricos, pobres e principalmente entre escravos preocupava não apenas os senadores, mas toda a elite da época. Dessa forma, os senadores justificavam, que a república seria um mal por conta do povo não possuir formação política para participar ativamente na política, podendo gerar anarquia.

Apesar de Vergueiro afirmar que Rodrigues de Carvalho fala sobre um “sanscollutismo nivelador” o mesmo não usa essa expressão. Vergueiro a cria por conta das características que Carvalho dá aos tempos revolucionários franceses. Para Rodrigues de Carvalho o Brasil passa pelos mesmos tempos e são os senadores os responsáveis por acalmar o furor dos partidos, “neutralizar as intrigas dos ambiciosos, desmascarar as chicanas dos traidores, esterelizar a sisania dos perversos, curar a raiva dos freneticos”¹³⁶ para ele, é no meio dessas convulsões que a razão trabalha para o que o sistema não se desmantele. A exemplaridade inglesa, sejam dos americanos ingleses ou dos metropolitanos, seria assim a mais prudente a ser adotada, pois eles “não deram saltos, seguiram a escala, e nós em diferentes circunstanciais queremos collocar-nos no mesmo paralelo”¹³⁷. Os Sans-Cullotes eram os elementos mais radicais e populares da Revolução. Não coincidentemente a época do Terror, tida como anárquica e

135 *Ibidem*.

136 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 28 de maio de 1832. p.152.

137 *Ibidem*.

convulsiva, é um dos períodos mais temidos pelos legisladores de todos os governos.

A preferência por certo tipo de governabilidade, tal qual Alencar pela inglesa e Vergueiro pela francesa, nos parece ser guiada por uma questão geracional. Os senadores se dividiam por gerações e acreditavam que há aqueles que possuem tendências mais antigas e aqueles que tem preferências políticas modernas. Cremos que essa divisão seja manifestada por conta da divisão que os senadores faziam entre história antiga e história moderna. Para eles, é antigo os fatos ocorridos anteriores a 1789 e modernos os que acontecem posteriormente e isso se manifesta na escolha da exemplaridade e preferência pelos fatos históricos de determinada nação.

Acreditamos que o embate entre os apoiadores do governo francês e os apoiadores ingleses se dá por conta da forma como as constituições destes países foram adotadas. Raymond Aron¹³⁸ nos mostra como a França faz uma ruptura muito bruta entre seu Antigo Regime para uma sociedade dita moderna, abandona suas tradições governamentais, guilhotina os Bourbons e abre mão de suas instituições. Ao contrário da Inglaterra, que faz a mudança para uma monarquia constitucional de forma gradual, progressiva, mantendo as instituições representativas que advêm do parlamento, cuja origem remonta ao período medieval.

Contudo, mesmo com todos os exemplos, os senadores procuravam uma via de governabilidade própria para o Brasil. Ela não seria plenamente igual a nenhum dos exemplos, pois o Brasil possuía melhores circunstâncias e seus legisladores refletiam através dos exemplos históricos, mas não copiavam. É caso do Marquês de Barbacena ao comparar a abdicação de Sete de Abril de 1831 no Brasil, com a revolução ocorrida em julho na França. O marquês argumenta que na França houve a expulsão do soberano e a escolha de uma nova dinastia por força das armas e que o povo teve que enfrentar a tropa do rei expulso. No Brasil, por outro lado, não houve situação semelhante. Na visão do senador o povo e a tropa se reuniram para pedir a mudança de ministério e então o imperador preferiu

138 ARON, Raymond. O ópio dos intelectuais. São Paulo: Três Estrelas, 2016. p. 42.

abdicar e retirar-se diante da súplica do povo e das tropas. Diante disso, seu filho assumiu como manda a Lei Fundamental e não houve alteração na Constituição. O erro dos franceses teria sido o de criar uma revolução e depor violentamente a dinastia, porém afirma ser necessário que estes reconhecessem que essa era a vontade popular. Já no Brasil o senador assinala que: “entre nós tudo foi legal, e se passou em perfeita paz; cabe, portanto unicamente a palavra felicitações”¹³⁹.

2.4 –O uso da história Antiga em acordo com as diferenças geracionais

Nessa parte do nosso capítulo pretendemos entender como se deu o uso dos exemplos históricos da Antiguidade Clássica ao longo do debate. As formas de governo dos Gregos e Romanos se transformam em armas no debate e elementos de comparação com a experiência histórica brasileira.

A pertinência de se usar a história Antiga como exemplo foi questionada ao longo do debate por senadores que, se acreditavam mais modernos, como Alencar. Evidencia-se assim que naquele momento, já não era unanimidade inquestionável o uso da exemplaridade antiga na linguagem política. Entretanto, seus exemplos foram muito acessados, permanecendo como legitimadores do saber histórico. Sabemos que, a partir das últimas décadas do século XVIII, a validade de sua exemplaridade foi questionada devido à transformação por que sociedade europeia e as formas da sua historicidade passaram, o que se tornou claro com a progressiva dissolução do *topos* da *Historia Magistra Vitae* tal qual descrita por Koselleck.¹⁴⁰ Alencar no dia 23 de maio utiliza-se da diferença geracional entre ele e Cairu dizendo que:

O nobre Senador está tão aferrado a idéas antiquarias, e tão inaplicaveis ao tempo presente, que de certo me persuado já não poder fallar nas cousas, de que hoje tratamos. **Sua litteratura, posto que vasta, quando muito poderia ser propria para o seculo passado até 1789 para agora de certo não é muito propria**, e é por isso que o nobre Senador a cada passo

139 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 12 de maio de 1832. p. 49.

140 KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

encontra, e vê nas mais pequenas cousas Poder Divino, Direito Canonico, Direitos imprescriptiveis, etc., etc.¹⁴¹

A diferença geracional¹⁴² é um elemento a ser destacado para se compreender os usos dos exemplos históricos modernos e antigos, e, portanto, a forma do saber prudencial. Compartilhamos da compreensão de José Carlos Reis que diz que “pertencer a uma geração ou suceder não é ter a mesma idade ou ser mais jovem, mas possuir uma contemporaneidade de influências, eventos e mudanças”.¹⁴³ Podemos dividir os senadores em duas gerações: aqueles que se ligam a uma tradição mais antiga, onde os exemplos clássicos eram centrais na no esforço argumentativo e aqueles que se consideravam mais modernos e demonstravam mais apreço por exemplos a história moderna e circunstâncias atuais. A diferença geracional e de formação pode nos ajudar a compreender tais clivagens.

Entendemos que apesar da formação política de senadores como Caravelas, Cairu, Barbacena e Gomide poder ser considerada antiga, eles possuíam elementos modernos e estavam preocupados com o progresso da nação. Possuir uma formação política à antiga não significa o desejo por estagnação, atraso ou retrocesso. Os senadores dessa geração também possuíam desejo por inovação. É interessante notar, que tais políticos viram o desencadear dos fatos que culminaram na intensa mudança política que gerou a Revolução Francesa. Cairu, aquele que consideramos o maior expoente dessa geração, possuía 33 anos em 1789, logo, já desempenhava um papel na política do Império português à época.

Essa geração foi a que mais utilizou os exemplos da história antiga. Eles reconheciam que as nações antigas prosperaram por muito tempo e tinham legisladores de grande caráter e sabedoria, dignos de serem emulados. Caravelas foi o senador que mais utilizou a exemplaridade antiga. Ele não acreditava ser aquele o momento para reformas, pois não estavam feitas todas as leis que

141 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 23 de maio de 1832. p.114.

142 Colocamos em anexo um quadro com as informações bibliográfica dos senadores afim de mostrar a diferença de idade, formação acadêmica e período em que esteve em algum cargo do governo. Retiramos as informações do site do Senado Federal.

143 REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”: uma articulação possível. Síntese Nova Fase, Belo Horizonte, v.23, n.73, 1996.

colocariam em andamento as muitas rodas da “máquina sublime”. Mesmo assim, já se queria “tirar umas e introduzir outras”, enfraquecendo a força de todas. Para Caravleas, grande alavanca – a Coroa – que sustentava com regularidade os movimentos da máquina política e que mantinha o equilíbrio das diversas peças seria, com tal reforma, deslocada e posta em lugar secundário, o que seria muito perigoso. Era necessário agir como grande sabedoria tal qual Lycurgo¹⁴⁴, que possuía penetração de espírito e grande conhecimento do que era o homem:

Quando este illustre Varão deu Leis aos Lacedemônios, seus compatriotas, fingindo que ia a Delphos consultar o Oraculo sobre a bondade das suas Instituições, fez com que os Lacedemônios jurassem, que nellas nenhuma alteração fariam durante a sua ausencia; sahio de Sparta, e jamais voltou, ou porque se condemnasse a um perpetuo desterro, ou porque puzesse termo a seus dias; feliz em sellar com a sua morte a persistencia da sua Legislação! Não foi uma extraordinaria falacia, quem inspirou ao Legislador de Sparta este procedimento, foi o amor da Patria, e o conhecimento que elle tinha da versalidade do genio dos homens, que o impelliram a tão grande sacrificio.¹⁴⁵

Caravelas acreditava que aquela legislatura estava encarregada de promover as Leis de que a nação precisava, por amor. Assim como no Brasil, os Lacedemônios tiveram uma vida dura, mas tiveram que encarar as necessidades de sua época. Ele admirava a astúcia de Lycurgo e acreditava que precisavam desempenhar semelhante papel. Caravelas não acreditava no princípio democrático, por que, para ele, a Soberania do Povo deveria ser diminuída à medida que crescia o país. Antes de ter sua governabilidade enfraquecida, em Roma e Grécia, o povo era quem exercia a soberania nas praças, faziam leis e julgavam. Mas à proporção que a indústria cresceu isso acabou. Os Antigos viram que a democracia era um prejuízo grave e então escolherem quem os representasse e assim dedicarem-se as à ciências e artes.

144 Lycurgo foi um legislador espartano que pretendeu restituir a tranquilidade política interna de sua cidade depois de um período de usurpação aristocrática. Contudo, ele não criou novas leis, apenas reestabeleceu as do antigo regime dórico. Ele colocou a cidade em novas bases, sendo elas a família, a propriedade e a educação. Alguns críticos questionam a existência de Lycurgo, que definem seu nome como um símbolo de uma série de revoluções sociais e políticas. COSTA, José Fernandes. História da Grécia. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1902.

145 *Ibidem*. p.144

Cairu, no dia 18 de junho também cita à história romana. Barbacena é acusado de ter proposto que o Senado deixasse de ser vitalício e Cairu acredita que isso causaria uma perda de honra e renda. O senador observa que jurou guardar a Constituição e que perder seu cargo resultaria na quebra de sua existência política. Para ele, “a moralidade publica tem se afrouxado no povo pela falta de reverencia sacramental ao juramento”¹⁴⁶ e se vê os maus exemplos quando há facilidade de alterar a Constituição sem utilidade nacional.

A história romana consagrou a pratica do mais religioso respeito ao juramento; de sorte que até dissolviam as Legiões que faltavam ao seu juramento. Essa era uma das maximas fundamentaes da sua religião, e com ella prevaleceram todas as Nações, e formaram um Imperio immenso. Assim o disse o Consul de Roma, reconhecendo que o Estado Romano, quando nascente, não tinha nem o numero dos Hespanhoes, nem a robustez dos Gallos, nem a astucia dos Carthaginezes, nem as artes dos Gregos; mas que com as regras da sua religião haviam debellado a todas as Nações.¹⁴⁷

Os senadores reconhecem a prosperidade e caráter dos romanos, já que a forma como conduziram a nação os levou ao sucesso político. Era preciso agir com cautela para que se pudesse observar o melhor momento. Ser sábio era ter prudência e eles contavam com os exemplos antigos por isso. A história antiga é vista como um manancial de sabedoria, pois os homens naquele momento souberam construir instituições onde não havia nada, e traçaram as primeiras e mais virtuosas organizações políticas. Logo, a História Antiga serviria perfeitamente como guia para uma nação nova como o Brasil, que estava igualmente fundando suas bases políticas.

A geração que consideramos estar entre os modernos, contudo, questiona a “grande sabedoria” dos povos antigos. Consideramos dessa geração Vergueiro, Alencar, Bento Barroso, e Borges, sendo que a figura principal no debate da reforma constitucional é Alencar. Percebemos que Alencar é aquele que tem o maior ímpeto por reforma e sua visão de prudência é moderna, acreditando que é preciso agir para não ficar estacionário. Destacamos o fato de ele ser o único senador dessa discussão que tem sua formação plenamente realizada no Brasil,

146 *Ibidem*. p.343.

147 *Ibidem*.

como sacerdote. Acreditamos que esse é um elemento crucial para compreender sua defesa pela política brasileira manifestada através da vontade de extinção do poder moderador e do senado vitalício.

Os senadores modernos acreditavam que essas grandes nações haviam ficado para trás na marcha do progresso quando a democracia passou a influenciá-los. Não que a democracia fosse um elemento ruim e que deveria acabar, a questão é que as nações antigas deixaram de entender como a marcha do progresso estava sendo construída, diante disso, foram ultrapassados por nações modernas.

Vergueiro aponta durante o debate que as Repúblicas de Grécia e Roma tinham boa civilização, mas que anterior a criação de suas Instituições não se via grandes conhecimentos e virtudes. Segundo Vergueiro, todos sabiam que em seu começo as nações constavam de algumas quadrilhas de salteadores e vagabundos destituídos de asilo e que nesse momento não haviam homens que pudessem receber luzes e virtudes. Para Vergueiro, esse era um exemplo de como deveria haver a reforma, pois não se podia esperar que o povo se civilizasse para depois construir boas instituições.¹⁴⁸

Alencar, que também concorda com a reforma, argumenta que o exemplo de Roma exige que fossem prudentes. Os povos da antiguidade para ele não tinham “providência” e mudavam repentinamente suas Constituições por simples acidentes.

É assim que em Roma o corpo ensanguentado de Lucrecia aboliu a realeza, a vista de Virgínia lançou fóra os Decemviros, o devedor, que apareceu na Praça Publica coberto de feridas, mudou a face da Republica e a roupa ensanguentada de Cesar malogrou a empreza heroica de Brutus. Sylla quando o Povo soffria um desgosto, não reformava, abolia a sua Constituição.¹⁴⁹

Alencar compartilha com Vergueiro da visão de que os antigos possuíam virtudes, mas entende que elas não podem ser citadas apenas como sábias, pois também tiveram momentos de poucas luzes. Para eles, a experiência mostrava que

148 *Ibidem.* p.159.

149 *Ibidem.* p.13.

as constituições precisavam ser mudadas, assim como o foram em todos os países modernos.

Percebemos que a geração à antiga formou-se em um período de Antigo Regime e não presenciou sem grandes revoluções ou “anarquias” durante a formação política. Essa geração se preocupa com a permanência da tradição e utiliza a prudência no sentido de não se precipitar, mostrando a necessidade de analisar as circunstâncias e agir cautelosamente. Já os modernos se formaram em um mundo em que as revoltas, motins e revoluções fazem parte da normalidade política. A tradição é importante, mas eles entendem que também é preciso mudança, pois somente esse fator seria capaz de deixar as instituições em melhor acordo com o povo.

Vemos as características das gerações sendo refletidas nas visões da história antiga. Conhecer a história antiga era uma necessidade em comum a todos. Ela fornecia sabedoria e era encarregada de dar tessitura aos argumentos tanto para os antigos como para os modernos, daqueles a favor ou não da reforma. Os senadores acreditavam que a importância das nações antigas se dava principalmente por elas terem iniciado as primeiras formas de governo virtuoso. Os sábios homens antigos mostraram os primeiros passos de como, prudentemente, construir uma nação.

2.5 – A nação que não possuía exemplos

Como ressaltado no primeiro capítulo, havia entre os senadores o consenso da necessidade de basear-se nos exemplos de outros países e outras épocas porque o Brasil tinha “pouca” história.¹⁵⁰ Isso era dito, pois, em primeiro lugar, se queria esquecer e ultrapassar o passado colonial e o período do vice-reinado, onde vivia-se sob o governo português. Em segundo lugar, o Império Brasileiro era independente há dez anos e os poucos anos vividos como país autônomo não haviam dado experiência suficiente para que conseguissem se guiar com a própria história. Devido às intensas mudanças que ocorriam no cenário político brasileiro, somado a sensação de instabilidade temporal por conta da abdicação e das

150 A “pouca” história é medida de acordo com o tempo cronológico em que o Brasil se torna independente, saindo do domínio português.

revoltas e motins que surgiam por todo o território, apelou-se a linguagem prudencial para guiar os legisladores por entre os caminhos incertos. Eles acreditavam que o Brasil poderia ser a maior nação mestra caso seguissem os caminhos da civilidade de forma cautelosa. Viam a possibilidade de criar uma Constituição Moderna e que possuísse o perfil do povo.

Nos concentraremos nesta seção do capítulo no debate do dia 28 de maio, pois acreditamos que as metáforas históricas utilizadas sintetizam a experiência ocorrida nesse ano. Conseguimos perceber quais os argumentos históricos eram utilizados pelos senadores que eram a favor e por aqueles que eram contrários à reforma. O senador Gomide introduz a discussão refletindo sobre o que é a Constituição brasileira e sobre como o território brasileiro e o povo, com suas virtudes, são profícuos a desenvolver uma nação forte.¹⁵¹ Para o senador essa folha de papel, a Constituição, era a bula dos legisladores, o passaporte que precisavam para chegar ao porto de salvação cujo mar era tempestuoso e estava em naufrágio iminente. Somente a Constituição poderia fazer os diversos partidos atingirem uma só opinião justa e racional. Como as opiniões opostas causavam desentendimento, a Constituição seria o “posto médio”, isto é, o termo de compromisso em que todos seriam contemplados.¹⁵² Isso só seria possível graças ao fato dos partidos possuírem em suas fileiras bravos homens brasileiros, que possuíam o caráter dos antigos Romanos: haviam muitos Decios¹⁵³, que sacrificariam a própria vida pela salvação da Pátria e o mais importante, sacrificariam opiniões e orgulho. Para ele, a Nação possuía Razão e Justiça e por conta disso, ele acreditava que a reforma não deveria ser aprovada.¹⁵⁴ Nesse trecho vemos mais uma vez a metáfora relacionada aos elementos da água e da navegação – o “mar tempestuoso”, o “naufrágio iminente” – onde a constituição seria “o posto médio”, ou seja, uma espécie de porto seguro de convergência, calma e racionalidade. Como vimos no primeiro capítulo, a metáfora do

151 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 23 de maio de 1832. p.146.

152 *Ibidem*. p.149.

153 Caio Méssio Quinto Trajano Décio foi o imperador romano entre 249 e 251. Foi um general muito tradicional que cultuava o Império Romano. Contudo, ficou reconhecido por sua perseguição violenta aos cristãos. WASSON, Donald L. Decius. *Ancient History Encyclopedia*, 12 Feb 2014. Web. 30 Jan 2018.

154 ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 28 de maio de 1832. p.147.

timoneiro, onde senadores seriam os condutores é complementada agora com a noção da constituição como a bula, o mapa dos timoneiros. A água é associada à inconstâncias e incertezas da vida política carregada de paixões e interesses.

Gomide acreditava que os “inimigos” da Constituição possuíam admirável inconsequência.¹⁵⁵ Acusavam o Imperador de ter feito uma Constituição tão liberal e boa, porque jamais pretendia por ela em execução. Para ele, não podia haver reforma, pois a Constituição não havia sido experimentada por tempo suficiente. Ele acreditava que era preciso experiência, isto é, que se passasse um tempo de vigência da Constituição para que as paixões estivessem mais calmas. Só então se poderia por em votação a reforma. Naquele momento, para o Senador, as paixões andavam agitadas. O senador acrescenta que “se tocarmos em uma só pedra do edifício, todo se ha de desmoronar, e nos veremos bem depressa na posição desgraçada dos Americanos Hespanhoes, espelhos da nossa sorte futura”¹⁵⁶. O senador crê que não se devia dizer que as circunstâncias do Brasil eram melhores do que a daqueles países devido à constituição jurada e à centralização, pois à falta desta, o Brasil acabaria rapidamente nas cavernas da perdição assim como todos os contemporâneos que destruíram suas constituições. O Senador chega a dizer que seria tão “negro e abismal”¹⁵⁷ o paradeiro do Brasil que a recolonização seria uma fortuna. Diante de caminhos tão incertos, não poderia se tocar na “Arca Santa” que era a Constituição, pois apenas ela poderia preservar o país das desgraças que o “antolhavam” e era preciso grande cegueira de espírito para que não se previsse as consequências desastrosas que viriam.¹⁵⁸

Primeiramente, queremos destacar na fala de Gomide que este aponta que a Constituição brasileira é superior as outras. Gomide é contrário à reforma, como pudemos ver, e acredita que o Imperador criou uma Constituição muito boa para ser “jogada fora”¹⁵⁹. Na visão de Gomide, a Constituição não deveria ser criada de acordo com os costumes do povo, mas que este deveria se adequar a Carta Magna.

155 *Ibidem*.

156 *Ibidem*.

157 *Ibidem*.

158 *Ibidem*.

159 *Ibidem*. p.158.

Para isso, a Constituição passaria por um período de adaptação, onde as leis ali descritas seriam postas em prática.

Ainda assim, por conta de seu caráter liberal a Constituição seria invejada até mesmo pelos Estado Unidos, que em um “ato de sabedoria” reconheceria sua grandeza e a requisitaria. Além do caráter liberal, o fato do povo brasileiro ser o mais moralizado ajudaria a por em prática a Constituição. Isso contudo, não era, segundo ele, sua opinião e poderia ser provado historicamente. Para Gomide, quem revolvesse a História dos Povos, não encontraria entre antigos e modernos por mais civilizados que fossem e sobre as mais árduas e críticas circunstâncias, tamanha docilidade e temperança.¹⁶⁰ O que atrapalhava a Constituição de ser a melhor possível naquele momento era o fato do Brasil, mesmo sendo o “paraíso terreal”, o paraíso mais belo do mundo, estar vivendo “horrores perpétuos” e desordens.¹⁶¹ Para ele os tempos eram muito “inquietaos” e para reformar ou “extinguir a Constituição”, como ele acreditava que estava acontecendo. O único centro de união que poderia reduzir as “vontades divididas em partidos” não poderia ser alterado.¹⁶²

Assim, o senador acredita que o motivo da Constituição não dar certo seria por conta do “tempo” em que viviam. Gomide descreve a questão da seguinte forma:

Sr. Presidente, a estimação e computo da opinião geral é uma operação de calculo difficil em tempos socegados e impossível nas épocas de perturbações pela continua variação de sentimentos, e quando se tem de tal fôrma invertido a noção das idéas, que da moderação se fôrma um crime, e da prudencia um vicio.¹⁶³

Vemos então, que as justificativas de Gomide se baseiam na história e ela apresenta o caráter prudencial por ser preventiva. Em um tempo em que a moderação está sendo vista como um crime e a prudência como um vício não podem ser tomadas boas decisões. O senador finaliza sua fala dizendo acreditar que se as reformas ocorressem, o Brasil estaria irremediavelmente perdido, pois as

160 *Ibidem.* p.146.

161 *Ibidem.*

162 *Ibidem.*

163 *Ibidem.*

propostas são destruidoras e subversivas, e mais ainda seriam suas inevitáveis consequências.

A metáfora da estrada, como mostramos no subcapítulo referente aos Estados Unidos foi aqui repetida. Acreditamos que a persistência dessa metáfora se dá pelo entendimento partilhado de que a história é um processo e que o Brasil deveria seguir neste caminho, alcançando outros países mais avançados do ponto de vista de seus sistemas representativos. A marcha da civilidade, a marcha do progresso, são metáforas usadas para mostrar o fim a que se quer chegar, atingindo as chamadas “nações mestras”.

O senador Borges, tomando a palavra após a fala de Gomide, discorda e se diz favorável à reforma.¹⁶⁴ Para ele era preciso não ter lido a história “autêntica” das revoluções e dos acontecimentos dos Impérios para deixar de conhecer que as Constituições que tem sido dadas aos povos pelos tronos foram feitas sob terrores, artimanhas e seduções.¹⁶⁵ A “história autêntica” revela que quando uma Nação abraça a causa de um príncipe, de um déspota ou de um partidquer e tenta especular sobre seu destino, vê-se muito pouco escrúpulo nos meios que foram empregados.

É preciso destacar o paralelo entre as duas falas quando os dois refletem sobre o uso da história. Para Borges, não basta conhecer a história; é preciso conhecer a história verdadeira, pois somente ela poderia guiar corretamente. Para Borges, a linguagem do senador não é confiável, pois seria apenas hiperbólica, não apresentando substância histórica, isto é, fatos confiáveis e verídicos.¹⁶⁶

Borges argumenta a favor daqueles que são favoráveis à reforma dizendo que o que se deseja é a purificação da Constituição de alguns defeitos que apresenta. É preciso usar o que a experiência mostra de menos útil ou menos reto e acomodá-las às exigências do tempo e às “necessidades dos povos”¹⁶⁷. Ele defende que a criação da Constituição foi feita precipitadamente, deixando de lado as circunstâncias, e, por ter sido uma obra dos homens, é suscetível de algumas

164 *Ibidem.* p.148.

165 *Ibidem.*

166 *Ibidem.*

167 *Ibidem.*

emendas e correções.¹⁶⁸ Reforça que não quer extingui-la e que caso isso fosse proposto seria o primeiro a ser contrário. O que se quer, segundo o senador, é conservar o edifício que existe, torná-lo mais seguro, mais cômodo e mais bem dividido.¹⁶⁹

Analisando ainda a fala de Gomide descrita acima, queremos ressaltar um ponto importante: a ironia com que se refere à possível recolonização. O que está por trás desse comentário é o fato de que os construtores do Brasil querem nesse momento deixar de lado ou até apagar o passado colonial, pois este é visto como um momento de onde nada de bom pode ser tirado. Havia um enorme ressentimento com os portugueses por conta do domínio metropolitano, período de domínio, exploração e corrupção que impediu que o povo se desenvolvesse de acordo com suas próprias circunstâncias. Vergueiro descreve muito bem esse sentimento refletindo sobre a situação do conhecimento no Brasil comparada a das nações mais importantes e desenvolvidas:

O Brazil se não possui vastos conhecimentos, comtudo não se póde dizer, que viva na ignorancia. **Para fallar do Brazil desapaixonadamente, e sem injustiça, é necessario considerar bem o estado em que permaneceu por muitos annos, debaixo de um Governo, onde era premiado o crime, e desestimado o merito, e as virtudes**, então sim, a immoralidade existia nas Autoridades e força era que descesse até ao Povo; mas logo que nas Autoridades se reforme a conducta, o Povo Brasileiro se apresentará mais moral que o de nenhuma outra Nação.¹⁷⁰

Apesar do pedido para que o Imperador ficasse, havia um certo consenso de que o governo metropolitano no período colonial impediu o crescimento brasileiro tanto economicamente, como politicamente e moralmente. Os exemplos históricos desse período eram inadequados para guiar a nação em seu destino político. Devido a esta carência estruturante, buscavam em outros países e momentos históricos a experiência que não tinham.

Analisamos nas seções anteriores que o uso da história, tanto da história antiga, como da moderna e contemporânea, foi essencial para a construção dos

168 *Ibidem*. p.149.

169 *Ibidem*.

170 *Ibidem*. p. 159.

argumentos políticos. Os senadores compreendiam que por estarem em um mundo onde as decisões de um país afetavam e se refletiam na realidade de todos os outros, era preciso manter-se sempre informado, pois apesar das experiências não serem iguais, poderiam ajudar a entender os caminhos que deveriam ser seguidos. Trata-se de uma consciência moderna da história que incluía toda a pluralidade das histórias de cada parte do globo numa mesma realidade substancial expressa na compreensão de um destino comum universal.

Também a imprensa desempenhou um papel protagonista na reforma constitucional, pois muitos periódicos fizeram pressão durante meses sobre os deputados e senadores para que a reforma ocorresse. Os periódicos foram importantes para dar voz às províncias. Como Vergueiro lembra aos senadores, a Corte não era o Império e fora dela havia muitos gritos pedindo por reforma federalizante. O Senador defende que o pedido dos povos pela mudança na constituição não deveria ser ignorado e ressalta:

Ouvi dizer que quem se declarava pela mudança era um ou outro Periodico, cujos sentimentos não canonizavam de opinião publica, por serem nos tempos convulsivos os écos dos partidos. Mas, pergunto: de um bom numero de periodicos que temos nesta Côrte, e nas Provincias, qual é o que repelle as Reformas? Nenhum, excepto o Caramurú, e os que pertencem á seita Caramurana. Alguns discordam na fôrma, porém nenhum discrepa na essencia. Na minha Provincia ha seis Periodicos; quatro fallam num sentido, e dous em outro, mas todos querem a reforma, com a única differença de uns forcejarem por obtel-as quanto antes e os outros contentarem-se com ellas mais de espaço.¹⁷¹

Ou seja, era através dos periódicos que se podia entender a opinião pública, isto é, a opinião daqueles que não tem voz ativa direta no interior das instituições representativas. O periódico expressa as vozes que não podem chegar “diretamente na política”¹⁷² Assim, trazer para o debate o que os periódicos dizem é buscar entender o que a população quer, o clamor daqueles que sofrerão real impacto com as mudanças propostas.

171 *Ibidem*. p.160.

172 No projeto de tese já aprovado, propomos o estudo dos períodos por entendermos que são essenciais para a compreensão da linguagem política desenvolvida no período regencial.

Para Caravelas, era fundamental, na discussão das reformas, estudar os publicistas e historiadores, entender o que se passava em outras Nações em ocasiões em que estas reformavam suas constituições, conhecendo as opiniões emitidas pelos homens sábios naquelas ocasiões, mas nada disso bastaria para entender com acerto o caso de que se ocupavam.¹⁷³ Era preciso, sobretudo, considerar as circunstâncias atuais do país e de seu povo. Caravelas acreditava não ser justo ou prudente precipitar os votos da reforma. Era preciso, neste caso, fazer como os franceses que adiaram suas votações até que perceberam o momento ideal. A demora não seria “impolítica”, como alguns consideravam, pois a precipitação não poderia ser vista como boa política.¹⁷⁴ Dessa forma, vemos que Caravelas ao mesmo tempo em que questiona o primado dos exemplos históricos e defende a centralidade da observação das circunstâncias e fatos atuais, fundamenta seu argumento num exemplo da experiência histórica recente da França.¹⁷⁵

É preciso destacar agora a compreensão que os senadores possuíam sobre os papéis que desempenhavam. Devido ao lugar que ocupavam e a grandeza da modificação que propunham, acreditavam que era necessário muita prudência, pois a construção da nação estava em jogo e a história responsabilizaria aquela legislação pelos erros ou acertos. A razão era ainda mais necessária em tempos de exacerbação das paixões. Por entender o papel que possuíam, buscavam cada vez mais forjar exemplos próprios para as decisões que precisavam tomar. É o caso da reflexão de Vergueiro ao usar o próprio exemplo para demonstrar que já lutava para defender as liberdades do Brasil contra forças desiguais desde as Cortes de Lisboa. O senador argumenta que foi combatido por um “atleta” muito forte que queria conservar o Brasil no estado de dependência colonial e que agora iria empregar a mesma força em favor das províncias do Império.¹⁷⁶ Ainda, ressalta que Cairu, o senador que possui “tantos conhecimentos de história”, compara os Conselhos Gerais do Brasil aos Estados Gerais da França encarregando a estes a

173 *Ibidem*. p. 200.

174 *Ibidem*.

175 *Ibidem*. p.143.

176 *Ibidem*. Segundo tomo. p.18.

responsabilidade pela Revolução, mas Vergueiro acredita que nada disso seja exato.¹⁷⁷ Vergueiro acredita que se Cairu refletisse mais sobre o exemplo francês ele tiraria de lá um argumento a favor da reforma. O que nos chama a atenção, contudo, é a forma como Vergueiro lida com seu argumento final. Para ele

Se se querem tirar argumentos da historia para que os havemos de ir buscar fóra, se os temos em nossa casa? Eu ainda bem me lembro e todos se devem lembrar do resultado das obstinações das Côrtes de Lisboa com o que, pelo Brasil, se exigio. A primeira vez que eu fallei naquelle congresso, mostrei a necessidade de se organizar a administração da Justiça no Brasil; fui chamado á ordem, dizendo-se que isso era contra as bases juradas: **eu e meus honrados collegas energicamente trabalhamos para que o Brasil tivesse em si seus recursos; e que não era já mais possivel converal-o em tanta dependencia; respondeu-se que o Brasil se não achava ainda em estado de se rever.**¹⁷⁸

A história estava em disputa entre aqueles que eram contrários ou não pela reforma. A forma de legitimação de seus argumentos, sua retórica, tinham na história um elemento central. Disputavam o entendimento sobre o que era história moderna e história antiga, que acreditamos estar ligada ao conflito geracional. A disputa está até mesmo em colocar-se como ator histórico, assim como o faz Vergueiro. Ou seja, há compreensão que este é um momento histórico e toda a prudência é necessária, pois no futuro todos os atos serão julgados e a história mostrará se as decisões tomadas resultaram nos melhores caminhos percorridos. Para ser um bom líder era preciso prudência e a prudência requeria conhecimento histórico.

177 *Ibidem*.

178 *Ibidem*. Segundo tomo. p.20.

Conclusão

Essa dissertação teve como objetivo entender o que significava o saber prudencial para os senadores do Império Brasileiro em 1832, momento central na discussão sobre a Reforma Constitucional que ficou conhecida como “Ato Adicional”. Para tanto, buscamos compreender as metáforas temporais, históricas, náuticas e sobre o corpo e como a história era utilizada para fundamentar a argumentação política. Vimos que a linguagem prudencial está sendo utilizada como guia em um momento de turbulência política devido a abdicação de 1831, aos conflitos sociais, políticos e revoltas por todo território. Era preciso cautela e sabedoria em um tempo que apresentava grande instabilidade e as estruturas políticas passavam por intensa reformulação. Devido ao “tempo convulsivo” as experiências do passado passavam a não condizer com as expectativas para o futuro.

Compreendemos que, para alguns senadores, agir prudencialmente não significava agir com lentidão, mas sim no tempo certo. Os legisladores compreendiam que para executar uma ação no momento em que as paixões estavam mais latentes e a razão parecia perder espaço, era preciso recorrer ao saber histórico. Guiar-se pelos caminhos da civilidade, onde as nações mestras antigas e modernas haviam percorrido. O percurso deveria ser feito para que o “atraso da tradição” fosse sanado. Essa metáfora diz respeito ao que consideram “atraso” na representação política brasileira. As nações mestras, principalmente Estados Unidos, França e Inglaterra, já haviam trilhado esse caminho e por isso partilhavam da modernidade política.

Como Marco Morel descreve, o período regencial foi visto como um grande caos e anarquia, mas que não significava desordem. Era um momento em que as estruturas políticas estavam mudando de maneira intensa e o “político”, passava por transformações. Dessa forma, a linguagem que estava disponível não dava conta de descrever as novas experiências. O uso abundante de metáforas, tal qual analisamos no primeiro capítulo, revela que os senadores se utilizaram de uma linguagem conhecida para compreender aquilo que não entendiam plenamente. Eles sentiam a necessidade de guiar a nação pelo “caminho do

progresso”, da civilidade, onde as luzes do tempo os tirariam da instabilidade que o tempo causava. As caracterizações do tempo como “turbulento, “convulsivo”, “de paixões”, refletiam não apenas as transformações nele, mas também que o próprio tempo se modificava. As metáforas do corpo político em comparação ao corpo físico revelavam a necessidade de curar os males que afetavam a nação.

No segundo capítulo investigamos os usos da história e como as metáforas históricas também caracterizam o momento de instabilidade. Com essas metáforas percebemos como os legisladores se colocavam como aqueles que resgatariam a nação do caminho da anarquia. Através das metáforas do “edifício político”, do “caminho para o progresso”, da “estrada da civilidade” e dos senadores como os timoneiros do “barco da nação”, percebemos como o agir prudencial estava intimamente ligado ao legislador virtuoso. Para guiar a nação rumo ao tempo profícuo era preciso, se necessário, antecipar as ações políticas, era preciso observar o tempo quando mais ninguém reconhecia a necessidade de agir. Ainda, o uso da história dos países como exemplo mostra que apesar do Brasil ser um país moderno, havia muito que percorrer para alcançar aqueles que já tinha um alto grau de civilidade, como França, Inglaterra e Estados Unidos. Apesar de toda exemplaridade que estes casos podiam fornecer, os senadores compreendiam que as circunstâncias brasileiras eram singulares, logo era necessário um exame realista e cauteloso das circunstâncias atuais da nação.

Assim, reformar a constituição brasileira não significava negar o fato de que o Brasil possuía “pouca” tradição ou “pouca história”. Os senadores favoráveis à reforma acreditavam que esse era o “momento certo” e que eles eram os homens virtuosos capazes de levar o Brasil à felicidade política. A felicidade política significava ter uma constituição que estava adequada às circunstâncias nacionais. Era preciso adequar a temporalidade da constituição, pois essa não condizia com o momento da marcha rumo ao progresso que o país atravessava e, portanto, atrasava seu desenvolvimento.

Dessa forma, os usos da história eram essenciais para os senadores para que entendessem como outros países se conduziram em momentos de instabilidade e para que compreendessem como a marcha adotada pelo Brasil deveria seguir. O

agir prudencial era como o quadro de Ticiano, onde não se podia voltar a face de maneira plena ao passado, pois, de certa forma, esse já não existe mais. O presente era passageiro. Era preciso planejar as ações com prudência, pois o futuro era otimista, mas podia reservar circunstâncias difíceis que desafiariam os planos políticos.

Referências Bibliográficas

ASI - Anais do Senado do Império do Brasil. 1832.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. Almanack Braziliense (Online), v. 7, p. 47-55, 2008.

_____. História da Historiografia como analítica da historicidade. História da Historiografia, n. 12, p. 34-44, 2013.

AUSTIN, John L. How to do Things with Words. Oxford: Oxford University Press, 1975.

ARON, Raymond. O ópio dos intelectuais. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

AZEVEDO, José Eduardo. Introdução às ciências sociais. São Paulo:Évora, 2017. p. 70.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial: volume II - 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Cap. 2. p. 54-119.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução na França. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CARVALHO, Jose Murilo de. A construção da ordem e Teatro de Sombras. Rio: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2003.

COSER, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: A trama dos conceitos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, n. 76, p.191-227, jun. 2011.

_____. O pensamento político do Visconde do Uruguai e o debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866).

COSTA, José Fernandes. História da Grécia. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1902.

DOLHNIKOFF, Mirian. O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FÉLIX, Luciene. Prudência em Aristóteles e a questão da sustentabilidade. Conhecimento sem fronteiras. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/CSF/artigo_2008_11_sustentabilidade.htm>. Acesso em 12 de abril de 2017.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

GAUCHET, Marcel. La Condicion Historica. Conversaciones com Francois Azouvi y Sylvain Piron. Madrid: Trotta, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GURGEL, Diogo de França. Da metáfora em sua face retórica. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.15, n.1, junho, 2017.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARIMAN, Robert (ed.). Prudence: classical virtue, postmodern practice. Pennsylvania State University Press. 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2001.

HEIDEGGER, Martin. “O que é isto – a Filosofia? Identidade e Diferença”. Petrópolis: Vozes, 2009.

HUSSERL, Edmund. *A Crise Das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental: uma introdução à Filosofia Fenomenológica*. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e história na teoria política*. Belo Horizonte, UFMG, 1988.

JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

JÚNIOR, João Feres. *O conceito de civilização: uma análise transversal*. In: *Diccionario político y social Del mundo Iberoamericano: conceptos políticos fundamentales, 1770-1870*. Madrid, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____ *O conceito de História; tradução René E. Gertz*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____ *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC- Rio, 2014.

LE GOFF, Jacques. “A Política: será ainda a ossatura da História?” In: *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Discurso Político Monarquiano e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824)*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, Nº 3, 2005, p. 611-654.

_____ *Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970)*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013, p. 727-767.

_____ *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____ *O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850)*. *Lua Nova*, São Paulo, v.74, p.59-92, 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A Utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

LOMNÉ, Georges. De la “república” y outras repúblicas: la regeneración de un concepto. In: Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones (1750-1850). Madrid: Fundación Carolina, 2009.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde de Uruguai. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, István (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Editora Unijuí; FAPESP, 2003.

_____. O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. 4a edição. Rio de Janeiro: Access editora, 1999.

MOREL, Marco. O Período das Regências, (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Ferreira Danese. Institucionalização do alienismo nos periódicos médicos (Rio de Janeiro, 1832-1852). Rio de Janeiro: s.n., 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

PALONEN, Kari. Tempos da política e temporalização conceitual: um novo paradigma da história Conceitual. In: FERES JUNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs). História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUCRio: Ed Loyola : IUPERJ, 2007. p.31-44.

PALTI, Elias J. El tiempo de La política. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2007.

PEREIRA, Luisa Rauter. “Ao ponto que as necessidades públicas exigem”: experiência política e refiguração do tempo no debate político da década de 1830. São Paulo: Almanack, 2015.

_____. O Conceito de Soberania: dilemas e conflitos na construção e crise do Estado Imperial Brasileiro (1750-1870). Intellèctus. Ano IX. n.2.

_____. O conceito político de povo no período regencial brasileiro: revolução e historicização da linguagem política (1831-1840). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades Volumen 15, Nº 1*, 2011.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “*Annales*”: uma articulação possível. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v.23, n.73, 1996.

REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable. Histoire de la représentation démocratique em France*. Paris: Gallimard, 1998.

_____. *Por uma História Conceitual do Político*; tradução de Paulo Martinez. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.15, nº30. 1995.

_____. *Por uma História do Político*; tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. *Conceptos y metáforas en la política moderna: algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual*”. *Historia cultural de la política contemporánea*, Jordi Canal y Javier Moreno Luzón, eds., Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 11-30.

_____. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009 y 2014, 11 vols. en 2 tomos.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. Visões da Política: Sobre os Métodos Históricos. Algés: DIFEL, 2005.

SLEMIAN, Andréa. Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). 2006. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUSA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

_____. Prudência e conhecimento efetivo. *Ciência Hoje*, 2013. Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/4179/n/prudencia_e_conhecimento_efetivo>. Acesso em 11 de abril de 2017.

TOCQUEVILLE, A. de. O Antigo Regime e a Revolução. São Paulo: Martin Fontes, 2009.

Trevelyan, G. M. *British History in the Nineteenth Century and After (1782–1901)*. London: Longmans, Green, and Co, 1922.

WASSERMAN, Fabio. Experiencias de tiempo y cambio conceptual em el proceso revolucionario rioplatense (1780-1840). *e-l@tina*, Vol. 14, núm. 54, Buenos Aires, enero-marzo 2016.

WASSON, Donald L. "Decius." *Ancient History Encyclopedia*. Ancient History Encyclopedia, 12 Feb 2014.

WITTGESTEIN, Ludwig. Tratado Lógico-Filosófico. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

PADILLA, Guillermo Zermeño. La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica. México: El Colegio de Mexico, Centro de Estudios Históricos, 2010.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ROSA, Giorgio de Lacerda. A Suprema Causa Motora: O providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. 2011.

Anexo											
SENADOR	NOME CIVIL	NASCIMENTO	FALECIMENTO	NATURALIDADE	TRAJETÓRIA ACADÊMICA				PERÍODO	MANDATOS	PROFISSÃO
Marquês de Barbacena I	Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta	19/09/1772	13/06/1842	Mariana (MG)	Curso Secundário Academia da Marinha	Grau Secundário Superior	Estabelecimento Colégio dos Nobres	Local Lisboa Lisboa	1829 - 1841	Deputado Geral (BA) - 1823 Senador (AL) - 1826 - 1841	Industrial Militar
Bento Barroso	Bento Barroso Pereira	02/10/1785	08/02/1837	Arraial do Tijuco (MG)	Engenheiro Militar	Militar	Academia Militar de Engenharia	Lisboa	1826 - 1837	Senador (PE) - 1826 - 1837	Militar Engenheiro
Marquês de Caravelas	José Joaquim Carneiro de Campos	04/03/1768	08/09/1836	Salvador (BA)	Teologia	Superior	Universidade de Coimbra	Coimbra	1826 - 1836	Deputado Geral (BA) - 1823 Senador (BA) - 1826 - 1833 Regente - 1831 Senador (BA) - 1834 - 1836	Professor Servidor Público Advogado
Carneiro de Campos	Francisco Carneiro de Campos	n/c	08/12/1842	Salvador (BA)	Direito	Superior	Universidade de Coimbra	Coimbra	1826 - 1841	Deputado Geral (BA) - 1823 Senador (BA) - 1826 - 1841	Magistrado Servidor Público
Visconde de Cayru	José da Silva Lisboa	16/07/1756	20/08/1835	Salvador (BA)	Humanidades Segundo Direito Canônico e Filosófico	Superior Superior	Universidade de Coimbra Universidade de Coimbra	Coimbra Coimbra	1826 - 1835	Deputado Geral (BA) - 1823 Senador (BA) - 1826 - 1835	Professor Magistrado
Vergueiro	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	20/12/1778	17/09/1859	Bragança	Secundário	Secundário	Real Colégio das Artes Lisboa	Lisboa	1828 - 1859	Vereador (SP) - 1813 Deputado às cortes portuguesas(SP) - 1822 Deputado (SP) - 1823 Deputado Geral (SP) - 1826 - 1828 Senador (MG) - 1828 - 1859 Regente - 1831	Proprietário Rural Magistrado Comerciante Advogado
Borges	José Inácio Borges	n/c	06/12/1838	Recife (PE)	Artilharia	Militar			1826 - 1838	Presidente de Província (RN) - 1816 - 1821 Senador (PE) - 1826 - 1838	Militar
José de Alencar	José Martiniano de Alencar	27/10/1794	16/10/1860	Crato (CE)	Ordenação Sacerdotal	Superior	Seminário de Olinda	Pernambuco	1831 - 1860	Deputado às Cortes Portuguesas (CE) - 1822 Deputado (CE) - 1823 - 1832 Deputado Geral (CE) 1830 - 1832 Presidente de Província (CE) - 1834 - 1837 / 1840 - 1841 Senador (CE) - 1832 - 1860	Jornalista Sacerdote
Almeida e Albuquerque	Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque	11/11/1753	14/10/1844	Recife (PE)	Direito	Superior	Universidade de Coimbra	Coimbra	1823 - 1844	Deputado Geral (PE) - 1823 1826 - 1828 Senador (PE) - 1823 - 1844	Magistratura Servidor Público
Gomide	Antônio Gonçalves Gomide	01/01/70	26/02/35	Região de Mato Dentro (MG)	Medicina	Superior	Faculdade de Medicina Edimburgo		1823- 1835	Deputado (MG) - 1823 Senador (MG) - 1826 - 1835	Médico